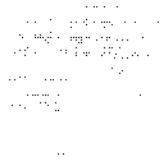


*Reformando economicos*

TCC/UNICAMP  
L628L  
1290004335/IE



TCC/UNICAMP  
L628L  
IE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

**CEDOC - IE - UNICAMP**

Laercio Barbosa Lima Junior

**A “LEI DOS MERCADOS” DE JEAN-BAPTISTE SAY: DO  
SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO SOB A ÉGIDE DO  
*Laissez-faire* À REVOLUÇÃO KEYNESIANA**

**CEDOC - IE - UNICAMP**

CAMPINAS  
2009

*10/10/2009*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

Laercio Barbosa Lima Junior

**A “LEI DOS MERCADOS” DE JEAN-BAPTISTE SAY: DO  
SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO SOB A ÉGIDE DO  
*Laissez-faire* À REVOLUÇÃO KEYNESIANA**

Monografia apresentada junto ao  
Instituto de Economia da  
Universidade Estadual de Campinas  
para obtenção do título de bacharel  
em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Roberto  
Rios do Prado.

*Prado, Sérgio Roberto Rios do*

**CAMPINAS  
2009**

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família pelo constante apoio e confiança desde a idealização deste objetivo.

Aos professores pelo excelente ensinamento e orientação que muito servirão ao longo de minha vida.

E aos amigos de faculdade, com suas colaborações imprescindíveis nos momentos mais delicados e o companheirismo nos mais divertidos.

*O tremer próprio é dos que se defrontam  
com as grandes vocações, e são talhados  
para as desempenhar:*

Rui Barbosa

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo reconstituir um dos mais importantes períodos da história do pensamento econômico, desde a concepção da chamada Lei de Say até o momento de sua negação definitiva pela teoria econômica com a chamada Revolução Keynesiana, pela publicação da “Teoria Geral” em 1936. Para tanto, será feito um estudo da importância da referida lei ao longo do século XIX primordialmente, com a posterior análise dos fatos que marcaram um período de instabilidade no pensamento econômico que culminaram na sua derrocada.

## SUMÁRIO

Resumo.....	5
Sumário.....	6
Introdução.....	7
Capítulo 1.....	15
A macroeconomia clássica.....	15
1.1.A Lei de Say.....	15
Capítulo 2.....	41
Evolução do pensamento econômico na transição dos séculos XIX-XX.....	41
2.1.Herança doutrinária clássica e uma crise de paradigmas.....	41
2.2.O laissez-faire e o contexto político-econômico.....	43
2.3.Os desenvolvimentos à luz de Keynes.....	51
2.3.1.A filosofia liberal.....	51
2.3.2.Concepções ao longo dos anos 1920.....	53
2.3.3.Rompimento com a teoria clássica.....	63
Capítulo 3.....	66
Teoria Geral como solução ao problema econômico.....	66
3.1.Horizonte de análise.....	67
3.2.Natureza do equilíbrio: a possibilidade de equilíbrio em subemprego.....	68
3.3.O ajuste econômico e a eficiência do mecanismo de mercado.....	70
3.4.Funções do governo.....	72
Conclusão.....	76
Referência.....	78

## INTRODUÇÃO

A evolução da história do pensamento econômico seguiu por uma linha mestra desde a concepção dada por Ricardo até a interpretação neoclássica da economia política. A base de sustentação desse entendimento ortodoxo da economia foi a assunção da chamada “lei dos mercados de Say” como um dogma, ou seja, uma verdade não apenas aceitável, mas além disso, pouco questionável, o que a fez perdurar firmemente entre os principais pensadores econômicos desde os *Principles of Political Economy and Taxation* de Ricardo (1817) até a década de 1930. Somente então, com Keynes, haveria um questionamento mais forte de sua validade, acarretando numa revisão geral do pensamento econômico.

O trabalho a seguir será voltado para esse período da história do pensamento econômico. A estrutura do trabalho começa com a formulação e desenvolvimento da “lei de Say”, agrupando os principais autores que de alguma forma contribuíram para com esse assunto, seja aperfeiçoando e defendendo a lei ou criticando-a. Em seguida, será feita uma exposição do contexto político-econômico europeu na transição do século XIX para o XX. Esse quadro teve significativa importância para uma quebra de paradigma do pensamento econômico, baseando-se na hipótese de desaparecimento das condições que pautaram o período de *laissez-faire* sobretudo nos séculos XVIII e XIX, hipótese essa respaldada nas constatações de perda da auto-suficiência dos mecanismos de livre mercado para a condução favorável do ciclo econômico. Essa ruptura do pensamento é o desfecho do trabalho, com um acompanhamento das principais obras de John Maynard Keynes que viria a promover a Revolução Keynesiana. No segundo e terceiro capítulos são apresentadas as impressões que Keynes tinha sobre o entendimento do ciclo econômico, desde sua formação ortodoxa de Cambridge, passando por sua fase de transição de pensamento até a

contraposição total à teoria clássica assentada na “lei de Say” com a publicação da “Teoria Geral” em 1936.

Apesar de a “lei” haver sido formulada por J. B. Say, foi Ricardo quem desenvolveu o postulado e inclusive o corrigiu em algumas inconsistências deixadas pelo autor. Além de que, com um poder explanatório convincente, Ricardo conseguiu deter alguns opositores à validade da lei, como Sismondi e, principalmente, Malthus. Assim, a “lei” se fixou como a origem de uma noção macro-econômica, que guiou por mais de um século o estudo do equilíbrio dos mercados, sendo a função da teoria clássica então, focar sua atenção na forma como os fatores de produção se alocam mais eficazmente de modo a resultar no melhor desempenho econômico possível.

A premissa da “lei” - simplificada pela expressão “a oferta cria sua própria demanda” - é a de que não existe qualquer obstáculo à expansão da demanda agregada, a não ser a limitação da própria produção – as quantidades disponíveis de força de trabalho e meios de produção. Assim, para cada produto gerado, seria automaticamente criado um mercado consumidor ou para este produto ou para um outro, pois o mesmo produtor que vende sua mercadoria o faz porque lhe interessa comprar outras. Isso pressupõe que toda renda gerada numa determinada produção é imediatamente despendida na aquisição de outros produtos, seja para consumo ou para ampliação da capacidade de produção. E como esse seria um argumento válido para o comportamento de dois produtores que “trocam” suas mercadorias entre si, seria válido também para o comportamento agregado da economia. A consequência disso é que, suposto que uma mercadoria produzida ensejara a abertura de um mercado consumidor para ela mesma ou uma terceira mercadoria, a concorrência capitalista inevitavelmente levaria a um aumento consecutivo no emprego dos fatores de produção, até o atingimento do nível máximo de utilização – atingindo um equilíbrio estável de pleno emprego no longo prazo.

Desta forma a teoria clássica partiria para a explicação das implicações geradas pela “lei”. Para tanto, foi admitido que as livres forças do mercado seriam imprescindíveis para a obtenção do resultado mais eficiente de produção no sistema capitalista concorrencial. A intervenção estatal, por sua vez, era interpretada como improdutivo, ou seja, incapaz de promover qualquer benefício no funcionamento do mercado, além de poder, eventualmente,

causar transtornos à livre operação dos agentes privados, visto, por exemplo, que a tributação incidente sobre o investimento teria efeito depressor sobre a acumulação de capital.

Essa base teórica inabalável da ortodoxia clássica levou os seus principais adeptos a tirarem conclusões sobre o funcionamento do postulado. A primeira, obviamente, sobre a tendência natural ao pleno emprego; em segundo lugar, a relação de dependência entre lucros e salários, pela qual os primeiros são determinados em função dos segundos, e a vinculação dessa relação à “lei de Say”, de que o limite à expansão da produção é a queda dos lucros; também concluem, sobre a ocorrência de crises de produção, que a “lei de Say” permanece invariavelmente válida, sendo as crises econômicas, resultantes de desajustes comerciais e financeiros de caráter basicamente especulativo; por fim, a conclusão sobre a acumulação como função dos lucros e a identidade entre poupança e investimento.

Contudo, essa forma de interpretar a teoria econômica não foi concisa durante esse período de mais de um século em que prevaleceu. À medida que as transformações sociais, políticas e econômicas surgiam, faziam-se necessárias novas formas de interpretação da doutrina oferecida por Ricardo. Assim, os chamados ricardianos e, sobretudo os neoclássicos do século XX realizaram ajustes na herança clássica, manuseando a teoria econômica de forma a preservar a idéia original, sem ter que abrir mão dela para a explicação das ocorrências que se sucediam e pareciam invalidar muitas das suposições, principalmente o eixo fundamental – a “lei de Say”.

Na evolução da história do pensamento, a teoria clássica, entendida por Keynes como aquela subjacente aos seguidores de Ricardo – mais notadamente J. S. Mill, A. Marshall e o Prof. Pigou, entre outros – mudou seu foco de abordagem cada vez mais para as questões microeconômicas. Quanto à teoria do emprego, baseava-se em dois postulados – i. Salário igual ao produto marginal do trabalho; e ii. Utilidade do salário igual à desutilidade marginal do trabalho. A partir dessas duas vertentes, discorreu sobre a inexistência do chamado desemprego “involuntário”, o que supunha que todos trabalhadores encontrariam trabalho a um determinado nível de salários, sendo este nível o determinante último da quantidade de mão-de-obra empregada. A conclusão natural é que, excetuando-se os casos de desemprego friccional e voluntário (dado pelos trabalhadores

que não aceitassem trabalhar ao nível de salários vigentes) e admitindo a flexibilidade de preços e custos, a economia operaria no pleno emprego.

Essa seria uma tendência de equilíbrio em longo prazo, sendo possível a ocorrência de distorções no mercado em curto prazo. Para isso, os neoclássicos incorporaram dois mecanismos que supostamente confirmariam o seu chamado “automatismo ao pleno emprego”. Primeiro, aboliram a idéia ricardiana de “preço natural do trabalho” como fator de explicação do nível de salários. No pensamento neoclássico, os salários são determinados no mercado de trabalho, pelo ponto de equilíbrio entre oferta e demanda por trabalho, deixando de existir um nível de salário gravitacional. Em segundo lugar, conceberam a possibilidade de perfeita substituição dos fatores de produção, ao bel prazer do capitalista, que poderia combinar os fatores em proporções tais que lhe trouxessem o melhor benefício ou utilidade, ou seja, maximizar a produção ao menor custo.

Contudo, houve um momento em que as predições clássicas não se ajustavam à realidade observada. No contexto de transição do século XIX para o XX, mudanças significativas tomaram lugar na história econômica. A começar, toda hipótese agora neoclássica analisa o comportamento de agentes operando num mercado caracterizado pela perfeita concorrência. Isso não poderia ser mais lógico, visto ser este tipo de sistema que prevalecia na economia durante o século XVIII e primeira metade do século XIX, na conjuntura onde se desenvolveu a escola clássica. Entretanto, o avanço do capitalismo, conforme previsto por Marx, passara a seu estágio monopolista, o que trouxe sérias implicações sobre a análise ortodoxa, como, por exemplo, na tomada de preços como dados e toda seqüência de eventos decorrentes deste pressuposto na determinação de salários, lucro, nível de emprego e produto.

Não obstante, isso por si só não explica a inadequação da teoria clássica em prover respostas mais substantivas aos fatos verificados no período, com maior relevância para a observação de níveis de desemprego acima dos esperados em condição do pleno emprego. Outros fatos marcaram a época, formando um período de instabilidade, não só econômica, mas política, filosófica e social.

O fim do século XIX foi pautado pelo avanço dos pensamentos socialistas, se não dentre os principais economistas políticos da época, mais incisivamente dentro do movimento operário. Esse fato tem sua importância na história pelo fortalecimento que proporcionou aos trabalhadores e aos seus representantes sindicais. A partir de então, a maneira como o pensamento econômico compreendia a determinação dos níveis de salários foi alterada. O capitalista deixa de ter total controle na determinação das taxas de salários, visto que o movimento trabalhador organizado passa a defender seus objetivos de forma coesa, sob a forma de consolidação de contratos coletivos. Isso trará consequências na forma como a teoria neoclássica argumenta sobre a não convergência automática ao equilíbrio de pleno emprego, justificada pela resistência à flexibilidade de salários e preços.

Além disso, já na primeira década do século XX, um fato novo e marcante assolou o mundo. A primeira guerra mundial promoveu o rompimento das relações econômicas liberais. A principal característica do mundo até começo desse século era uma crescente expansão e integração dos mercados, com a industrialização se espalhando pelo mundo – para Itália, Japão, etc. -, inclusive para áreas periféricas – como Ásia e América do Sul. A ordem liberal imperava ao redor das principais economias capitalistas desenvolvidas. Havia movimentação livre de bens comercializáveis, fatores de produção e mesmo conhecimentos produtivos. Todavia, o esforço de guerra implantado, as perdas causadas pela destruição e a posterior necessidade de recuperação econômica numa Europa devastada, fizeram por mudar aquele ambiente propício à integração dos mercados.

De imediato, as relações comerciais foram significativamente reduzidas. Os altos níveis de desemprego registrados nos países centrais da Europa – mais notadamente na Inglaterra e França, além da Alemanha derrotada na guerra – mudaram o perfil da política econômica. Como forma de preservar suas economias e tentar uma rápida recuperação, medidas protecionistas passaram a serem tomadas. O período entre-guerras foi marcado assim, pela desintegração e depressão das relações mercantis no mundo. A partir de então haverá mudanças no padrão de comportamento dos agentes, que atingirão fortemente o estudo do funcionamento econômico.

É nesse momento da história que começa a ganhar destaque a figura de John Maynard Keynes, economista britânico de traços conservadores, que se definia como

liberal, apesar de defensor do bem-estar social como objetivo primordial do Estado. Suas idéias sobre a recuperação econômica não condiziam com as propostas ortodoxas implantadas na Inglaterra. Keynes admitia a importância da estabilidade de preços como condição essencial para o bom andamento da atividade econômica. Sobre isso discorreu no seu “Tratado da Moeda” (1930) que, apesar de nenhuma ser desejável, a deflação é pior que a inflação, por “... ser pior num país empobrecido provocar desemprego do que desapontar o rentista”. Porém, na conjuntura vivida, pensava ser errôneo conduzir a política econômica a uma tentativa de resgate da estabilidade de preços – via manutenção de elevadas taxas de juros –, bem como o esforço para o resgate do padrão-ouro, o que exigia de imediato um equilíbrio do balanço de pagamentos, amplamente deficitário devido aos gastos da guerra.

A questão urgencial para Keynes não era a estabilização dos preços, mas sim a recuperação dos níveis de emprego – visto que o índice no Reino Unido permanecia insistentemente acima dos dois dígitos – como mecanismo de retomada do crescimento econômico. A tentativa “forçada” de revalorização da libra como meio de recuperação da hegemonia financeira britânica teve conseqüências depressivas sobre o investimento doméstico e mergulhou ainda mais o Reino Unido na depressão, conforme previra Keynes.

Assim, Keynes passou a construir um arcabouço teórico que tentaria explicar aquilo que a teoria neoclássica não lograva êxito. Nesse ponto, a questão do emprego é retomada pela forma como a teoria clássica entendia a manutenção do emprego a nível pleno e a constatação de Keynes de que isso não aconteceria se deixado levar-se apenas pelas livres forças do mercado. A teoria neoclássica tentava justificar o elevado desemprego a um nível salarial acima do nível de equilíbrio – decorrência das imperfeições no mercado de trabalho, como resistência dos trabalhadores e sindicatos em aceitar a flexibilização de salários e preços e as políticas de seguridade social. Entretanto, Keynes visualizou aquele desemprego não como voluntário, mas involuntário, pois havia sim uma massa de trabalhadores disposta a aceitar um salário abaixo do nível estabelecido. O problema estava, então, no nível da atividade econômica. Isso porque não havia estímulo ao investimento novo, e, portanto a produção industrial estava aquém do chamado ponto de equilíbrio de pleno emprego, ou mesmo da sua capacidade ocupada no pré-guerra. O que Keynes tentaria demonstrar é que aquela era uma situação plausível dentro da teoria econômica, sendo o

pleno emprego um caso específico – dentre as muitas possibilidades de equilíbrio possíveis - que ocorrera durante o período do chamado *laissez-faire*. A questão, portanto é que a economia encontrava-se num ponto de equilíbrio, mas com alto índice de desemprego, chamado equilíbrio em subemprego. A proposição de Keynes era tentar elevar o nível da produção e do emprego, e para isso necessitava de uma melhor explicação sobre os seus determinantes, o que o levava ao estudo sobre a determinação dos investimentos.

Em última instância, seria o comportamento psicológico dos agentes operando numa economia monetária sob a incerteza futura, os determinantes do nível de atividade. Essa análise foi inovadora no pensamento keynesiano. Posto que o produto era gerado pelo gasto agregado, Keynes se dispôs a estudar as variáveis comportamentais que interferiam nas decisões de investimento. Assim, a propensão a consumir da sociedade, a preferência pela liquidez dos agentes e a expectativa de valorização futura dos investimentos não-produtivos (financeiros) teriam efeito direto sobre o patamar da atividade econômica, além da quantidade de moeda, regida pelo Banco Central e com implicações sobre a taxa de juros.

Como a propensão a consumir era suposta razoavelmente constante numa sociedade e a preferência pela liquidez tinha seus determinantes conhecidos – os três motivos para retenção de moeda – seria a taxa de juros o elemento de ajuste na determinação do investimento, via o que convencionou chamar eficiência marginal do capital. Ocorre que numa economia avançada - como a Inglaterra e mesmo os E.U.A. quando da depressão da década de 1930 – as taxas verificadas de poupança se mantinham num patamar elevado devido à renda média. Isso, aliado às incertezas dos agentes sobre o futuro, com perspectivas pessimistas sobre a demanda por bens de consumo e em consequência por bens de capital, reduzia as expectativas de ganhos sobre os investimentos produtivos. Nesse cenário, o investimento privado se abstinha de realizar as inversões e a demanda ficava cada vez mais retraída, impossibilitando a retomada de uma atividade crescente e a recuperação dos postos de trabalho. Aqui se deu a quebra definitiva com a “lei de Say”, pois estava nítido que deixava de ser automático o mecanismo clássico em que uma renda recebida seria total e imediatamente gasta.

Essa situação deveria perdurar e até mesmo se agravar a menos que algum fator exógeno interviesse para favorecer o ciclo expansivo. Foi então que Keynes propôs uma

participação mais ativa do Estado, com papel de elevar a demanda efetiva para colocar a economia em seu eixo novamente. Admitiu-se, por exemplo, que o déficit público proposital, desde que realizado para gastos produtivos, seria uma importante ferramenta de auxílio na recuperação do investimento, emprego e renda nacional, algo não concebido pelo pensamento ortodoxo.

Foi esta a forma encontrada por Keynes para embasar sua obra revolucionária que, antes de declarar uma ruptura incontestada com a tradição clássica, procurou rever seus principais elementos à luz do conturbado momento que viveu o mundo nas primeiras décadas do século XX.

## CAPÍTULO 1

### A MACROECONOMIA CLÁSSICA

#### 1.1. A Lei de Say

“É bom observar que um produto acabado oferece, a partir desse instante, um mercado para outros produtos equivalente a todo montante de seu valor. Com efeito, quando o último produtor acabou um produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor desse produto não fique ocioso em suas mãos. Por outro lado, porém, ele tem igual pressa em desfazer-se do dinheiro que sua venda lhe propicia, para que o valor do dinheiro tampouco fique ocioso. Ora, não é possível desfazer-se de seu dinheiro, senão procurando comprar um produto qualquer. Vê-se, portanto, que só o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para outros produtos”.<sup>1</sup>

Esse é o fundamento do que viria a ser conhecido posteriormente como a lei de Say, ou lei dos mercados, tratado no capítulo sobre os mercados, ou no original “*débouchés*” (saídas) – do “*Tratado de Economia Política*” de Jean-Baptiste Say, onde se extrai a análise do autor sobre o funcionamento dos mercados, talvez sua maior contribuição para o desenvolvimento da ciência econômica à sua época. Basicamente, a lei de Say constituiu o marco sob o qual se assentou a teoria econômica desde sua formulação em começos do século XIX até meados do século XX. Contudo, o mérito da concepção e da difusão da chamada lei não é exclusivamente atribuído ao seu autor original. Ainda que a idéia tenha surgido de forma incipiente já na primeira edição do *Tratado*, em 1803, foi com a contribuição de James Mill<sup>2</sup> em seu “*Commerce Defended*”<sup>3</sup> de 1808 que o argumento

---

<sup>1</sup> SAY, J.-B. *Tratado de Economia Política* (1820) p. 139.

<sup>2</sup> K. Marx e J. S. Mill atribuem a origem do princípio diretamente a James Mill, alegando que Say só se apropriou de uma idéia de existência de um “equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores”. Ver J. Miglioli, *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva* (1979), cap. 1.

ganhou maior consistência teórica e resultou na lei dos mercados. Entretanto, a proposição ainda requeria um assentamento dentro da doutrina do pensamento econômico predominante. Para isso, foi essencial não apenas a adoção como base de estudo teórica, como também o desenvolvimento e aprimoramento realizados por David Ricardo, que tornou uma despretensiosa afirmação sobre a operacionalização de mercados no maior dogma da teoria econômica clássica.

Em suma, a lei dos mercados se inseriu perfeitamente na teoria do ciclo econômico clássica, suportada amplamente por uma conjuntura política favorável – a era do *laissez-faire* – que traspassou todo o século XIX, o período de consolidação da Economia Política clássica com a publicação de várias das principais obras de estudo econômico. Nesse sentido, o grande logro da lei de Say, ressaltada a importância da sua incorporação à análise ricardiana, foi o fato de ela ter sido o elo da teoria da economia política clássica que se complementava à política econômica do livre mercado. E também, conforme observa Miglioli<sup>4</sup>, a lei teve seu espaço junto a uma economia de mercado tipicamente capitalista, contrariando o suposto de alguns pensadores que argumentariam que ela só seria viável numa economia primitiva, cuja sociedade seria composta por produtores simples, em que as famílias seriam detentoras dos meios de produção e realizariam as trocas no montante equivalente ao excedente que produziam e não consumiam, o que não representa necessariamente um esforço para o *progresso da riqueza*, como era tratado o crescimento econômico desde Smith.

Remetendo a Say, o conteúdo do seu princípio direciona o foco do processo econômico para a expansão dos mercados. E isso só pode ocorrer pelo lado da produção em si, ou seja, atribui-se o progresso ao sucesso na colocação das mercadorias produzidas à disponibilidade de seus demandantes. Say deixa explícito em várias passagens que o ato de

---

<sup>3</sup> James Mill escreveu: “A produção de mercadorias cria, e é a única e universal causa que cria, um mercado para as mercadorias. (...) O poder de compra de uma nação é medido exatamente por seu produto anual. Quanto mais aumenta o produto anual, mais se amplia, por este mesmo ato, o mercado nacional. (...) A demanda de uma nação é sempre igual à produção de uma nação”. (apud J. Miglioli, 1979. p 15)

<sup>4</sup> MIGLIOLI, J. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. São Paulo: T. A. Queiroz Ed., 1979. Cap. I, p. 16

produção tem por efeito direto a abertura de um mercado consumidor para este bem e no montante equivalente ao valor ora produzido:

“... os produtos se vendem tanto melhor quanto mais necessidades têm as nações e quanto mais objetos podem oferecer em troca...”

“O homem cuja indústria se aplica em conferir valor às coisas criando-lhes um uso qualquer só pode esperar que esse valor seja apreciado e pago onde outros homens têm os meios de adquiri-los. ...daí resulta, embora à primeira vista pareça um paradoxo, que é a produção que propicia mercados aos produtos”.

“De qualquer maneira, a compra de um produto só pode ser feita com o valor de outro.

A primeira consequência que se pode tirar dessa verdade importante é que, em qualquer Estado, quanto mais os produtores são numerosos e as produções multiplicadas, tanto mais os mercados são fáceis, variados e amplos. Nos lugares que produzem muito, cria-se a única substância com a qual se compra: refiro-me ao valor.”<sup>5</sup>

No que importa ao que as referências acima evidenciam acerca da relevância que Say dava à oferta para o bom desenvolvimento econômico, duas características da lei saltam aos olhos à primeira vista. Uma primeira questão será levantada mais à frente, se relaciona às críticas e oposições à lei. Tratará sobre essa exacerbada dedicação do enfoque do autor sobre a produção e uma certa negligência ou menosprezo que ele teria tido para com o consumo enquanto mecanismo de estímulo à expansão.

A outra característica diz respeito à manutenção dos valores envolvidos nas realizações das compras e vendas no conjunto agregado da atividade produtiva, pela qual a lei de Say também é por vezes chamada de “lei da preservação do poder de compra”. Isso prediz que no processo de circulação das mercadorias não haverá vazamentos de valor, ou seja, todo o valor do produto gerado será despendido integralmente na aquisição de outros produtos. Estes produtos, adotando a visão do empresário capitalista que os demanda, seriam a força de trabalho e os bens de capital fixo para manutenção e ampliação da sua própria produção, além dos bens de consumo produzidos por outros capitalistas que satisfaçam suas necessidades. Aplicando esse esquema bilateral numa economia mais

---

<sup>5</sup> SAY, J.-B, op. cit., cap. XV, p.137-143

ampla e diversificada, os agentes realizariam suas aquisições no valor exato ao de seu próprio produto.

Resumidamente, as alegações mais básicas que Say pondera para a validação da lei são as seguintes: i. mercadorias são trocadas apenas por outras mercadorias; ii. as trocas ocorrem imediatamente quando o produtor tem seu produto acabado, disponível à venda; e iii. o dinheiro tem importância reduzida no processo de trocas, sendo considerado apenas o “veículo do valor dos produtos”.<sup>6</sup>

Com a evolução e desenvolvimento da teoria econômica, novos conceitos foram agrupados às idéias originais de Say, o que implicaria numa revisão e mesmo até na extensão da lei. Tomas Sowell<sup>7</sup> identifica seis proposições fundamentais da lei, conforme adotadas pela economia clássica:

1. O total dos fatores de pagamento recebidos pela produção de um dado volume (ou valor) de produção é necessariamente suficiente para adquirir aquele mesmo volume (ou valor) de produção.
2. Não existe perda do poder de compra em qualquer lugar da economia, pelo que, as pessoas poupam somente na medida de seus desejos de investir e não retêm dinheiro além das suas necessidades transacionais durante o período corrente.
3. O investimento é apenas uma transferência interna, não uma redução líquida, da demanda agregada. O mesmo montante que poderia ter sido gasto por um consumidor com características frugais será gasto pelos capitalistas e/ou trabalhadores no setor de bens de investimento.
4. Em termos reais, a oferta se iguala à demanda *ex-ante*, dado que cada indivíduo produz somente por causa de (e na medida de) sua demanda por outros bens.

---

<sup>6</sup> SAY, J. B., op. cit. p. 138.

<sup>7</sup> SOWELL, T. “On Classical Economics”. United States of America: Yale University Press, 2006. p. 26-7.

5. Uma alta taxa de poupança causará uma alta taxa subsequente de crescimento no produto agregado.

6. O desequilíbrio na economia pode existir somente no sentido de que as proporções dos produtos ofertados divergem das combinações preferidas pelos consumidores, não devido ao um excesso de produção agregada. No curto prazo isso implica que não há algo como um nível de equilíbrio da renda nacional.

As três primeiras afirmações levariam à conclusão que não haveria riscos de se chegar a um limite absoluto do crescimento econômico em decorrência de ciclos de expansão e retração econômica, conforme verificadas historicamente. Essas proposições seriam acatadas indiscriminadamente pelos economistas políticos da época, sem muitas objeções quanto ao seu conteúdo.

As três afirmações seguintes, porém, seriam alvos de maiores controvérsias. O foco central da discussão seria a afirmação clássica de não existência de um ponto de equilíbrio da renda. A maior implicação disso seria a ausência de limites pelo lado da demanda à expansão da produção. Pela teoria clássica, a única limitação ao crescimento do produto seriam os limites inerentes à própria expansão da produção, como estoque de capital disponível, capacidade produtiva instalada, etc.

O cerne clássico é que, para uma determinada produção, sempre haverá uma demanda correspondente na economia agregada. Em situações particulares, é admitida a existência de uma produção que não tenha encontrado seu mercado consumidor. Mas isso ocorre em setores isolados e em períodos específicos, cuja solução apontada é simplesmente a suposição de mobilidade de capitais dos setores esgotados para aqueles onde exista uma deficiência de demanda (correspondente ao excesso de oferta do primeiro setor), não havendo assim, possibilidade de difusão dessa disparidade de oferta e demanda para a economia em geral, pois o mecanismo de correção é automático. É isso que vai engendrar a discussão sobre a existência de superprodução generalizada ou localizada, quando surgirem as primeiras oposições à lei. Assim, o debate com a qual a corrente clássica se depara é como explicar a ocorrência de recessão sem se utilizar de argumentos que se referem a uma situação de deficiência de demanda.

Quanto a isso, cabe uma menção a James Mill, que em seu *“Commerce Defended”* faz uma análise sobre a importância do consumo na determinação da demanda. Sumariamente, ele concorda com Say em que *“Consumption in the necessary order of things is the effect of production, not production the effect of consumption”*.<sup>8</sup> Assim, ele concorda que não é necessário que se estimule o consumo (conforme sugerido por Spence<sup>9</sup>), mas sim a própria produção, para que se mantenha o nível de emprego e produção. Contudo, ele enxerga antes de Say (não obstante não aceitar a argumentação) a preocupação de economistas como Spence, de que não se pode estimular demasiadamente ou deixar a produção ser alavancada tão rapidamente, pois o mercado consumidor (demanda efetiva) para os novos produtos gerados não conseguiria manter a paridade com a nova oferta, o que caracterizaria uma deficiência de demanda. Nesse ponto abre-se discussão para uma divergência de interpretações sobre o que caracterizaria essa disparidade – o que para efeitos deste trabalho torna-se irrelevante -, e retoma-se a explicação para a existência de recessões. Embora os conceitos sejam idênticos, haverá argumentos interpretando essa disparidade como demanda deficiente e outros como produção excedente.

A tradição clássica sempre se pautou por negar qualquer possibilidade de existência de problemas na demanda. Para a melhor compreensão das relações existentes entre a produção e consumo, cabe introduzir outra interpretação da lei de Say. Steven Kates<sup>10</sup> faz uma relação similar à de Sowell sobre os conceitos relacionados à lei dos mercados, mas aborda mais enfaticamente a razão entre produção ofertada e demandada e quais as decorrências e explicações atreladas aos conceitos:

- Deficiência de demanda nunca é uma explicação correta para a existência de recessão. A produção de mais bens e serviços do que aqueles que serão demandados – superprodução ou excesso geral – é uma impossibilidade.

---

<sup>8</sup> MILL, J. *Commerce Defended* (1808). [apud KATES, S.(1998). P. 27].

<sup>9</sup> William Spence (1807). [apud KATES,S.(1998) p. 24-7].

<sup>10</sup> KATES, S. *The Say's Law and the Keynesian Revolution*. p. 75-6.

- Bens compram bens através da mediação do dinheiro. O processo é tal que o bem de um agente é convertido em dinheiro para em seguida ser usado na aquisição de outro bem. A demanda é assim constituída pela oferta, e o poder de compra nunca pode ser deficiente.
- Uma economia pode sempre absorver e empregar produtivamente adicionais quantidades de capital.
- Se todos bens tomados em conjunto são produzidos na correta proporção a cada outro, tudo aquilo produzido encontrará um mercado ao qual possa ser vendido ao preço de custos de produção. Isso permanece verdadeiro independente de quão rápido a produção cresce ou quão rápido o capital é acumulado.
- Devido a erros de cálculo empresariais, bens específicos podem ser produzidos em excesso – excesso parcial. Isto é, mais do que um bem particular pode ser produzido sem que possa ser vendido ao preço de custos de produção.
- A superprodução de alguns bens particulares ou classes de bens pode levar a uma queda generalizada na produção. A falta de habilidade de um grupo inicial de produtores em vender e auferir lucros pode acarretar uma queda na demanda para os produtos de outros produtores, e então se estender a toda economia. Assim, poderá haver queda na produção conforme as vendas na economia se tornam menores do que as originalmente antecipadas.
- Recessões, caracterizadas pelos baixos níveis de produção e altas taxas de desemprego, podem ocorrer. Elas são decorrentes, em geral, de uma produção se movendo fora de fase em relação à demanda em setores específicos. Isto é, os bens específicos que estão sendo produzidos não coincidem com aqueles bens que os detentores das rendas ganhas [pela venda inicial] desejam comprar. Recessões são, assim, resultados de alguma forma de “desarranjo” do mercado, não de uma deficiência de demanda.

- Se a confiança nos negócios desaparece, resultando num aumento da demanda por moeda, ou se existe um colapso de crédito, tal como um ato político deliberado ou um devido à natureza do processo de criação do crédito, a reconversão do dinheiro em bens – a segunda etapa do processo cíclico – será mais demorada do que o normal e assim, a demanda por bens se contrai.

Exceção feita à última proposição, que trata especificamente sobre a influência monetária sobre a atividade econômica, todas as outras estão diretamente relacionadas ao estudo de um ordenamento entre produção e consumo. O quarto e quinto itens representam bem a explicação típica da escola clássica para a ocorrência do que eles indicam ser uma superprodução parcial. A afirmação é que pode haver uma defasagem da demanda em relação à produção. Mas isso não diz respeito à insuficiência de renda para a aquisição dos bens produzidos, pois Mill argumenta que os meios de pagamento para um fluxo de bens aumentado são providos por aqueles próprios bens.<sup>11</sup>

Também não seria o caso de existência de subconsumo – e/ou consumo improdutivo –, pois segundo James Mill:

“... the whole annual production of the country will be always very completely consumed, whether his landlords choose to spend or to accumulate. No portion of it will be left unappropriated to the one species of consumption, or to the other... That part, however, which is destined for future profits, is just as completely consumed, as that which is destined for immediate gratification”.<sup>12</sup>

A idéia está relacionada com um mal-entendimento por parte dos agentes econômicos produtores sobre quais seriam os setores onde existe um “lack” de investimentos e, portanto, para onde devem direcionar seu capital. A questão a ser resolvida, então, não é a de se estimular o consumo daqueles bens que estão excedentes no mercado, pois aqueles não são os bens – ao menos na proporção em que eles estão colocados – que os consumidores têm em sua preferência. Uma vez identificado um erro na produção de bens que à primeira vista não são passíveis de serem vendidos, passa-se a especular sobre o que poderia ter levado o agente capitalista a cometer tal falha. A teoria

---

<sup>11</sup> KATES, S. op. cit. p. 28.

<sup>12</sup> MILL, James. *Commerce Defended* (1808). [apud Kates, S.(1998). P. 26-7].

aponta para uma ação induzida por fatores exógenos, os quais levam o produtor a fazer um mau julgamento sobre o ambiente de mercado em que seu produto será alocado. E esses fatores seriam derivados de motivos diversos, como um erro de otimismo, uma insuficiência de poupanças disponíveis para completar um programa de investimentos, ou um colapso do sistema de crédito.<sup>13</sup>

Posto que a identificação do problema está feita, abrem-se duas janelas pelas quais a teoria clássica propõe solucionar esse excesso de bens – reiterado parcial. Say tinha uma visão mais fidedigna à lei dos mercados. Para ele, se existem bens sobrando no mercado é porque não existem outros produtos sendo produzidos suficientemente de forma a gerar a demanda pelos primeiros produtos, o que garantiria a ampliação dos mercados. Propõe, assim, que simplesmente se aumente a produção de outras espécies de bens, afirmando que “... nada é mais favorável para a demanda de um produto, do que a oferta de outro”. E novamente critica o estímulo ao consumo como mecanismo para alavancar a produção, o emprego e a riqueza:

“Para estimular a indústria, não basta o consumo puro e simples: é preciso favorecer o desenvolvimento dos gostos e das necessidades que fazem nascer nas populações a vontade de consumir, assim como, para favorecer a venda, é preciso ajudar os consumidores a obter ganhos que os capacitem a comprar. São as necessidades gerais e constantes de uma nação que a estimula a produzir a fim de alcançar o poder de comprar e que, dessa maneira, dão lugar a consumos permanentemente renovados e favoráveis ao bem-estar das famílias”.<sup>14</sup>

E complementa seu argumento indicando, por fim, quais seriam os produtos que estão sendo demandados, mas não produzidos na correta proporção em que deveriam. Assume que a demanda por estes produtos é determinada “pelos costumes, necessidades, situação dos capitais, da indústria e dos agentes naturais do país”. Resulta que, “as mercadorias mais procuradas são aquelas que apresentam, pela concorrência dos que a procuram, os maiores lucros para os capitais a elas consagrados, os maiores lucros para os empresários e os melhores salários para os trabalhadores”. Esse argumento vem a ratificar um já usado

---

<sup>13</sup> KATES, S.. op. cit. p.77.

<sup>14</sup> SAY, J. B., op. cit. p.142.

anteriormente por Say de que, na verificação de um excesso, ao mesmo tempo em que há gêneros de bens não vendidos, há também aqueles gêneros que estão em falta, fazendo com que seus preços sejam elevados e favorecendo a inversão nesses ramos.

Em contrapartida, James Mill enxergava um pouco além, predizendo que somente o aumento na produção de outras mercadorias não seria um instrumento suficiente para o reordenamento do mercado. Argumenta que, em conjunto com esta medida, se faria necessária uma redução na produção daquelas mercadorias que não estão encontrando demanda:

“A part of the means of production which had been applied to the preparation of this superabundant commodity should have been applied to the preparation of those other commodities till the balance between them had been established”.<sup>15</sup>

Também os autores divergem sobre como se dá o mecanismo de ampliação dos mercados pelo ato de produção. Say afirma que a produção de alguém faz gerar um mercado para que outro possa vender seu produto e assim, mercadorias são trocadas por outras mercadorias. Já Mill entende que a produção faz gerar, na verdade, um poder de compra no montante exato do valor do produto obtido e é esse poder de compra que será necessariamente despendido na aquisição de outras mercadorias.<sup>16</sup>

Ambas as propostas apresentadas para a explicação de eventuais excessos parciais, fogem da abordagem do argumento de falha na demanda, entendida como um sintoma e não como a causa da doença. Conforme subentendido da tradição clássica, a demanda é constituída pela produção, ou em outras palavras, é o efeito desta. Toda análise de Say e Mill vai se opor à formulação de teorias de demanda deficiente, as quais entendem o problema que causa queda de produção e por vezes recessão como um baixo volume de gastos em relação ao fluxo de produto.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> MILL, J., *Commerce Defended* (1808). [apud Kates, S.(1998). p. 35].

<sup>16</sup> KATES, S. *op. cit.* p. 35.

<sup>17</sup> KATES, S. *op. cit.* p. 76.

## 1.2. Aprimoramento por Ricardo

Essa mesma oposição a teorias de deficiência de demanda será adotada por David Ricardo, embora desenvolvida de forma distinta. Em relação aos conceitos relacionados à lei de Say, Ricardo aceita os principais deles, como a troca de mercadorias entre si, a aceitação de possibilidades de excesso parciais, mas não generalizados, e a função da moeda como meio de transação unicamente. Quanto ao desenvolvimento dos mercados, a forma como Ricardo entende a expansão se aproxima mais da abordada por James Mill, mas o foco de sua análise será a acumulação e emprego do capital, tema sobre o qual travará um debate teórico com Thomas R. Malthus sobre o papel que a acumulação tem sobre a ampliação da demanda.

Ricardo sustenta que a acumulação e a conseqüente aplicação de capitais será garantida pela existência de lucros favoráveis<sup>18</sup>, ao que ele atribui a expressão “uso produtivo do capital”. E será justamente a manutenção ou ampliação desses lucros que permitirá a ampliação do capital. Porém, essa ampliação não se dará sem custo, pois para sua efetivação requer-se que os salários não se elevem:

“Portanto, somente se poderá acumular num país uma determinada quantidade de capital se o mesmo puder ser utilizado produtivamente, até que os salários aumentem tanto em conseqüência do aumento dos gêneros de primeira necessidade – reduzindo o que sobra como lucro do capital – que cesse o motivo para a acumulação”.<sup>19</sup>

Esse é um entendimento que levará à conclusão que é a disponibilidade de recursos a própria garantia para ampliação da demanda, desde que alguma rentabilidade ao capital esteja garantida. Em argumento similar ao de Say, ele afirma que quando um indivíduo tem uma soma de valor não empregada, esse indivíduo tem ao mesmo tempo – e necessariamente tem – um desejo e uma vontade de trocar esse montante por algum bem

---

<sup>18</sup> O aumento da dificuldade em produzir alimentos para uma população crescente eleva a participação dos salários na renda. A conseqüência é a queda dos lucros e da disposição dos capitalistas em acumular.

<sup>19</sup> RICARDO, David. *Princípios de Economia política e Tributação* (1820). cap. XXI, p. 198.

que lhe satisfaça. Quando isso porventura não ocorra, Ricardo afirma que o capital não gasto em consumo não será deixado a perecer, mas será empregado de alguma forma cujo resultado final será o aumento da demanda, conforme se pode observar:

“Se fossem dadas 10 mil libras a um indivíduo que já possuísse 100 mil libras anuais ele não as guardaria num cofre; aumentaria seus gastos em 10 mil libras, empregaria essa soma produtivamente ou a emprestaria a outra pessoa para o mesmo fim. Em qualquer dos casos, a demanda aumentaria, embora por razões diferentes. Se ele aumentasse as despesas, sua demanda efetiva provavelmente se constituísse de casas, mobiliário ou qualquer outra satisfação semelhante. Se empregasse produtivamente as 10 mil libras, sua demanda efetiva seria constituída por alimentos, vestuário e matérias-primas que pudessem servir para empregar novos trabalhadores, mas continuaria a ser uma demanda”.

Com isso, Ricardo atrela a expansão da demanda às possibilidades de emprego produtivo do capital. E ele entende que é próprio do ser humano o desejo de consumir, de almejar sempre mais do que já possui.<sup>20</sup> Quando o indivíduo tem uma soma de valor em suas mãos, essa soma poderá ser sempre trocada por algo que este indivíduo deseje. Ao mesmo tempo, haverá alguém em situação oposta, que detém outro tipo de valor que interessa ao primeiro indivíduo. Portanto, a conclusão óbvia é que o desejo ao consumo não é um entrave à expansão da demanda efetiva, limitada exclusivamente pelas possibilidades da aplicação produtiva de capital na economia, sobre o que ele pondera:

“A natureza, portanto, limitou necessariamente o montante de capital que pode ser aplicado com lucro na agricultura em determinado período, mas não colocou limitações ao montante de capital que pode ser aplicado na produção de ‘comodidades e artigos de luxo’ para a existência humana”.<sup>21</sup>

Isso denota o entendimento que Ricardo tinha acerca das possibilidades de expansão do capital. Tinha ele ciência que os artigos de primeira necessidade – alimentos basicamente – tinham sua oferta regida pelas dificuldades de produção e a demanda pela expansão da população, a qual por sua vez estava atrelada aos níveis de salários e padrão de

---

<sup>20</sup> A idéia originária é de A. Smith: “... o desejo de alimentos é limitado em todos os indivíduos pela estreita capacidade do estômago humano, mas o desejo de comodidades e de luxo nas casas, roupas, objetos pessoais e mobiliários, parece não ter limites”. Smith, Adam. A riqueza das nações. In Ricardo, D. op. cit. p. 199

<sup>21</sup> RICARDO, David. op. cit. p. 199.

vida. Por outro lado, os desejos dos consumidores por outros artigos não tinham limites aparentes. A demanda para esses bens seria efetivada desde que houvesse meios para tanto. E esses meios só poderiam ser gerados pelo aumento da produção.

Essa forma de raciocinar de Ricardo não abre espaço para o surgimento da superprodução ou excesso geral, tema controverso no debate da economia clássica para a explicação da recessão. Isso porque Ricardo assegura que os desejos de consumos da sociedade podem até ser insuficientes para algumas mercadorias colocadas no mercado. No entanto esse problema é limitado a um certo número de mercadorias e, mais importante do que isso, ele não está associado aos consumidores, mas sim a erros dos produtores que colocaram mercadorias que não podem ser vendidas no mínimo ao preço de custos, ou seja, por um valor que remunere o capital nela aplicado.

E conclui que dadas as diversas possibilidades permitidas pela “natureza”, a demanda não é fator limitador do crescimento, ou tomado o problema de outra forma, de explicação da recessão:

“... deduz-se que não existem limites para a demanda ou para o emprego do capital, enquanto este proporcionar lucros, e que, por mais abundante que o capital se torne, não há outra razão para a redução dos lucros a não ser o aumento dos salários”.

### **1.3. A oposição de Malthus**

Apesar de toda doutrina discorrida até agora ter sido amplamente aceita no pensamento econômico do século XIX, havia quem não a validasse. Nesse sentido o maior expoente da corrente oposicionista à lei de Say foi Thomas Robert Malthus. Seu entendimento preconizava a existência de insuficiência de demanda, hipótese firmemente negada pelos seguidores de Say.

A discussão sobre o crescimento da riqueza é tratada na seção III do cap. VII de seus *Princípios de Economia Política*, intitulado “As causas imediatas do crescimento da

riqueza”. Nessa seção Malthus discorre sobre a relevância da acumulação de capital na ampliação da riqueza. Admitindo a necessidade da poupança de recursos como fonte indispensável de acumulação e de crescimento, Malthus combaterá a hipótese de que esse aumento da poupança somente ocorre em detrimento daquela parte da riqueza que se destina ao consumo da sociedade. Esse é talvez o ponto central de divergência entre ele a linha ricardiana de interpretação do ciclo econômico. Esses caminhos diferentes levarão a conclusões distintas acerca da natureza das recessões e das formas de administrá-las.

Malthus faz inúmeras suposições que são prontamente negadas por Ricardo. Entre essas suposições, a de que há diferenças entre o trabalhador produtivo e o improdutivo.<sup>22</sup> Os trabalhos mais produtivos têm característica de gerarem valor suficiente não apenas para a manutenção de sua classe, mas também de outras, como é o caso da atividade agrícola e das atividades de transformação. Os chamados trabalhos improdutivos por sua vez, produziram riqueza no montante apenas suficiente para remunerar o trabalho exercido, sem agregar ao capital. Dessa forma Malthus chega à conclusão que o trabalho improdutivo não tem muita capacidade de contribuir para a acumulação.<sup>23</sup> Resta, portanto, que a acumulação é proveniente daquelas classes que podem se permitir a abrir mão de algumas luxúrias e artigos supérfluos para garantir o aumento da produção. Nesse caso estão as classes dos proprietários de terras e capitalistas.

E o autor segue, afirmando que “o consumo e a demanda criados por trabalhadores produtivos nunca motivam, por si sós, a acumulação e o emprego de capital”. Disso resulta que, um aumento da produção e riqueza, conforme sugerido pela lei de Say, seria necessariamente resultado de um aumento do emprego de trabalhadores produtivos. Mas se esses trabalhadores empregados não garantem o estímulo à ampliação do capital, a consequência imediata seria uma saturação do mercado. É nesse ponto que Malthus aborda o tema sob a ótica de uma insuficiência de demanda.

---

<sup>22</sup> A referência aqui é a Adam Smith. Contudo, Malthus reformula a concepção alegando que todo trabalho é produtivo, em maior ou em menor grau, pois todo trabalho produz valor, não apenas aqueles que geram objetos tangíveis.

<sup>23</sup> MALTHUS, T. R. Princípios de Economia Política. p. 12-15.

Refutando a idéia de que mercadorias são sempre trocadas por mercadorias, Malthus explica seu argumento. Na verdade, afirma ele, mercadorias se trocam majoritariamente por trabalho de qualquer natureza – produtivo ou não. Com uma expansão da acumulação, via aumento da poupança das classes ricas em detrimento do seu consumo, aumenta-se a parcela da população empregada em atividades produtivas, pela conversão dos trabalhadores até então utilizados em atividades improdutivoas. Em resumo, manteve-se a quantidade total de trabalhadores, mas com maior participação relativa dos envolvidos em atividades que geram maior riqueza material; em contrapartida, reduziu-se a vontade e a capacidade de consumo das classes ricas, dado o requerimento de ampliação da acumulação. Tem-se de um lado uma oferta excessiva de mercadorias e de outro, uma ausência de demanda para o total dessas mercadorias alocadas no mercado. A evolução desse ciclo leva à seguinte situação:

“... o valor das mercadorias necessariamente cai, comparado ao trabalho, de tal modo que os lucros se reduzem quase a zero e a produção posterior é contida durante algum tempo. Mas é exatamente isso o que se quer dizer com o termo saturação que, nesse caso, é evidentemente geral e não parcial”.<sup>24</sup>

Essa forma de desenvolvimento da sua teoria ainda seria suscetível de contra-argumentações de Ricardo em suas “Notas aos Princípios de Malthus”, mas a idéia a ser retida aqui é como se originou no debate clássico o postulado que vincula as teorias de recessão ao princípio de insuficiência da demanda efetiva. Contudo, cabe ressaltar os três erros que Malthus julgou terem incorrido tanto Say, quanto Mill e Ricardo.

Em primeiro lugar, os autores costumavam relacionar as mercadorias entre si, atribuindo a elas valores comparativos de acordo com as quantidades existentes no mercado. Malthus crê que isso é um erro porque as mercadorias têm seus valores atribuídos conforme suas relações de oferta e demanda para com o mercado consumidor. Por isso afirma que o aumento da oferta sem uma correspondente expansão da população – que é bem mais lenta do que as possibilidades de crescimento do capital – tem por efeito uma queda do valor das mercadorias em termos de trabalho. Isso representa uma situação de

---

<sup>24</sup> Ibid, p. 188.

acumulação de capital excessiva, salários para manutenção da força de trabalho crescentes dada a menor taxa de crescimento da população, lucros reduzidos e demanda insuficiente. O próprio Ricardo aceita essa argumentação, condicionando-a à situação dos salários, que seriam maiores ou menores em virtude da maior ou menor facilidade na produção dos bens de primeira necessidade:

“Existe apenas um caso, e mesmo assim temporário, no qual a acumulação de capital, acompanhada por baixos preços dos alimentos, pode ser seguida por uma diminuição dos lucros; esse caso se verifica quando o fundo para a manutenção do trabalho aumenta muito mais rapidamente do que a população. Nesse caso os salários são elevados e os lucros reduzidos. Se todos renunciassem ao uso de artigos de luxo e buscassem somente a acumulação, poderia ser produzida uma quantidade de gêneros de primeira necessidade para os quais não haveria um consumo imediato. Poderia haver, sem dúvida, uma superabundância generalizada de um número limitado de mercadoria e, portanto, poderia não existir demanda para uma quantidade adicional dessas mercadorias nem lucros para o emprego de capital adicional.”<sup>25</sup>

O segundo erro que Malthus imputa aos economistas clássicos diz respeito à preferência humana pela indolência, ao ócio, em vez da produção. Esses economistas teriam ignorado a influência desse tipo de comportamento humano, assegurando que sempre se prefere produzir mais artigos de luxo a se abster desse trabalho adicional. O embate com a sustentação clássica é mais voltado à questão do que ocorrerá com a demanda dos artigos uma vez produzidos. Malthus alega que a preferência pelo ócio permitirá ao manufator, por exemplo, obter determinada quantidade de bens que esteja disposto a colocar no mercado e poupar mão-de-obra, ou seja, não utilizará todo o potencial de produção que detém. E afirma que “o efeito de se preferir à indolência aos artigos de luxo evidentemente ocasionaria uma insuficiência de demanda dos retornos das maiores capacidades produtivas aqui supostas e desemprego de trabalhadores”. Aqui ele tenta explicar por motivos peculiares à natureza humana, que de nada adianta uma produção maior ser colocada no mercado se os gostos da sociedade pelos artigos de luxo não crescem tão rapidamente quanto a produção que os gerou. Portanto, o homem nem produzirá nem consumirá tudo quanto possa fazer.

---

<sup>25</sup> RICARDO, David. op. cit. p. 199

E Malthus avança em seu argumento, desta vez confrontando James Mill, ao afirmar que mesmo que o poder aquisitivo esteja supostamente ampliado (numa situação de elevação da renda), não há motivos para supor que isso significará igual elevação do desejo dos consumidores em adquirir bens:

“ I by no means think that the power to purchase necessarily involves a proportionate will to purchase...A nation must certainly have the power of purchasing all that it produces, but I can easily conceive it not to have the will...You [Ricardo] have never I think taken sufficiently into consideration the wants and the tastes of mankind. It is not merely the proportion of commodities to each other but their proportion to the wants and tastes of mankind that determines prices”.<sup>26</sup>

Por fim, o erro que Malthus considera o mais importante é o de supor que a acumulação de capital garante a demanda para sua produção, ou nas palavras dele, que “o consumo dos trabalhadores empregados por aqueles cuja função é poupar criará uma demanda efetiva de tal ordem que estimulará um aumento contínuo da produção”.<sup>27</sup> Novamente há uma controvérsia das idéias acerca dos efeitos da acumulação. Malthus acredita que a acumulação do capitalista tem por fim o aumento de sua riqueza futura. Sendo assim, ele deve preferir poupar em detrimento do consumo de artigos de luxo, reduzindo sua demanda por esses bens. O capital acumulado portanto será aplicado em bens de primeira necessidade para os quais a demanda está associada ao crescimento populacional, o que requer um certo tempo para uma expansão considerada. Como não há, imediatamente, demanda por esses bens essenciais, Malthus conclui que não é automático esse princípio de que a acumulação garanta a demanda.

É por isso que Malthus levantará a discussão acerca da importância de se induzir mudanças nos hábitos de poupança. Não que ele seja contra a acumulação, pois conforme já exposto, é ponto pacífico nessa discussão a essência da poupança como mecanismo de crescimento, o que inclusive nomeia a seção III do capítulo VII, “A acumulação, ou a poupança de rendimentos a ser acrescentada ao capital, vista como estímulo ao crescimento da riqueza”. O que ele aconselha, na verdade, é um determinado equilíbrio entre os hábitos

---

<sup>26</sup> RICARDO, David. *The works and correspondence of David Ricardo* (1951). Ed. by Pierro Sraffa and M. H. Dobb. Cambridge: Cambridge University Press. In: Kates, S. (1998) p. 45.

<sup>27</sup> MALTHUS, T. R. *op. cit.* p. 191.

de acumulação e de consumo. A sua proposta é que a demanda seja induzida na sociedade por incentivos ao comércio, à manufatura e ao consumo improdutivo, ou seja, o consumo das classes mais ricas em bens de luxo e em serviços pessoais, e também inclui os gastos do governo, que geram a renda necessária para conferir à sociedade o poder de compra, que, em conjunto com a vontade de consumir, são os requisitos da demanda efetiva.

Essa negação de Malthus sobre a resposta automática da demanda à acumulação é que fará a ponte para o que ele mais critica na doutrina clássica da lei de Say. Surge o dilema sobre qual a fonte efetiva da demanda: pela linha da teoria ortodoxa de Say, Mill e Ricardo haverá a defesa da ampliação do acúmulo de capital; Malthus, sendo o principal dissidente desta visão, propõe que o estímulo ao consumo seja a fonte de demanda, mesmo que considere a acumulação como fator essencial para o progresso da riqueza. Pelo que, Malthus adverte:

“... e embora seja evidente que uma paixão adequada pelo consumo pode manter a proporção exata entre oferta e procura, qualquer que sejam as capacidades produtivas, conclui-se ser igualmente evidente que a paixão pela acumulação leva inevitavelmente a uma oferta de mercadorias muito superior ao que a estrutura e os hábitos de tal sociedade permitem consumir”.<sup>28</sup>

E como consequência:

“... se a conversão dos rendimentos em capital vai além de certo ponto e, devido à redução da demanda efetiva de produto, desemprega as classes trabalhadoras, é óbvio que a adoção de hábitos parcimoniosos em grau muito elevado pode-se fazer acompanhar, de início, pelos mais lastimáveis efeitos e por uma baixa pronunciada e permanente de riqueza e de população”.<sup>29</sup>

As idéias de Malthus sobre demanda efetiva terão muita semelhança e inclusive influenciarão o desenvolvimento do pensamento de Keynes em sua contraposição à lei de Say. É esse o princípio de uma teoria que vai analisar no âmbito macro-econômico as relações de determinação dos níveis de emprego e renda.

---

<sup>28</sup> Ibid. p. 194.

<sup>29</sup> Ibid. p. 197.

#### **1.4. J. S. Mill: conceitos de trabalho, consumo e capital e suas aplicações na lei de Say**

A formatação final da lei de Say viria a ser concretizada por John Stuart Mill, em seu “Princípios de Economia Política”. Foi o seu entendimento da Economia Política aquele que sintetizou e melhor expressou o pensamento clássico até a Revolução Keynesiana. Ao longo dos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX, poucas alterações foram efetuadas na teoria básica de defesa da lei dos mercados. Por isso, como último passo antes de reconstituir o pensamento de Keynes, será feito um estudo sobre a formulação geral que J. S. Mill deixou como legado do pensamento ortodoxo.

Cabe, todavia, antes da retomada do assunto principal deste trabalho – a lei de Say - remeter a algumas definições um tanto controvertidas no estudo da Economia Política, que muitas vezes permitiram interpretações errôneas sobre o foco do estudo da matéria. Por isso, Mill fez questão de destacar alguns temas como o trabalho e o consumo, aprofundando-se em seus caracteres produtivos ou improdutivo. Também, fez uma reformulação sobre o conceito de capital, o qual terá grande relevância quando do tratamento direto da lei de Say e suas implicações sobre o volume de empregos, foco maior deste estudo.

A concepção de Mill sobre o trabalho parte de Say, segundo o qual o trabalho não cria puramente objetos, mas sim utilidades. Assim, é baseado neste suposto que ele investiga o que vem a ser trabalho produtivo ou improdutivo. Say tinha em mente que a criação da utilidade daria um caráter pleno ao objeto do trabalho, sendo essa utilidade um requisito mais que suficiente para denotar a essência produtiva. Contudo, Mill pondera que a utilidade em si não satisfaz os requisitos daquilo que se convencionou chamar de trabalho produtivo, pelo simples fato de este requerer a criação de algo mais, a riqueza:

“Os termos produção e produtivo são naturalmente expressões elípticas, envolvendo a idéia de algo produzido; ora, esse algo, na acepção comum, entendo-o não como utilidade, mas como riqueza.

Trabalho produtivo significa trabalho que produz riqueza”.<sup>30</sup>

Portanto, a concepção de produtivo que Mill procura, passa necessariamente pela definição de riqueza. Ela tem como requisito fundamental o fato de poder ser acumulada, ou seja, poder ser mantida durante algum tempo após a sua produção, sem fazer o uso que lhe faça perder seu valor. Desta forma, Mill chega à sua definição, concebendo a riqueza como algo material com valor permanente durante algum tempo; e trabalhos produtivos sendo aqueles que “produzem utilidades incorporadas em objetos materiais”, ou de outra forma, que tornem a sociedade que os produzem mais rica em bens materiais. Por contrapartida, é denominada improdutivo toda espécie de trabalho que tem por efeito deixar a comunidade mais pobre em termos de materiais. Assim, entram nesse cômputo todo trabalho “que termina no prazer imediato, sem qualquer aumento do estoque acumulado de meios permanentes de entretenimento”.<sup>31</sup>

Também o consumo é classificado entre produtivo e improdutivo segundo Mill, para o qual o consumo produtivo é somente aquele que resulta em um aumento da produção, ou seja, da riqueza material acima mencionada. Diz ele:

“Consumidores produtivos podem apresentar um consumo improdutivo. O que estes consomem para manter ou melhorar sua saúde, seu vigor e suas capacidades de trabalho... é consumo produtivo. Mas o consumo consistente em prazeres ou artigos de luxo, tanto por parte dos ociosos quanto por parte dos que trabalham, deve ser contado como improdutivo, já que a produção não é o objetivo de tal consumo nem é de qualquer forma adiantada por ele”.<sup>32</sup>

Apenas com essas duas ponderações de Mill sobre o trabalho e o consumo já é possível perceber a diferença entre sua visão da economia política e a de Malthus. São duas formas bastante distintas de entender o significado que o trabalho e o consumo assumem num mesmo âmbito do ciclo econômico. Isso se evidencia ainda mais numa das passagens de Mill, onde ele diz: “Asseguro que não tende ao enriquecimento permanente da sociedade nenhum trabalho empregado em produzir coisas para uso de consumidores improdutivos”.

---

<sup>30</sup> MILL, J. S. Princípios de Economia Política Vol. I. p. 62.

<sup>31</sup> Ibid. p. 64.

<sup>32</sup> Ibid. p. 66.

Esse ponto coloca os autores em posição diametralmente opostas, visto que Malthus era um dos poucos defensores do consumo improdutivo como mecanismo de elevação da produção e riqueza. Com a análise de Mill sobre o capital, essa distinção entre eles ficará ainda mais destacada.

Assim, passemos ao assunto capital, conforme tratado por Mill. O capital é o elemento que contribui para a produção, oriundo dos esforços da mão-de-obra na obtenção prévia de insumos, ferramentas, etc. que são usados para dar prosseguimento à produção. Trata-se de um estoque acumulado dos produtos do trabalho anterior que seja passível de ser trocado por qualquer outra coisa – matérias-primas, equipamentos, etc. – para que assim possa cumprir a função de agregar à produção. Para que se inicie um novo ciclo de produção, o capitalista necessariamente lança mão deste elemento capital, ainda segundo Mill “aquela parte de suas posses, quaisquer que sejam, que se destina a constituir seu fundo para efetuar nova produção”.<sup>33</sup>

Uma das características que Mill inova ao formular seu conceito de capital está em sua proposição que o capital não é algo com definição clara e precisa, baseada no tipo de mercadoria que o compõe. O que o caracteriza é, sim, a finalidade para a qual esse elemento será usado, conforme as definições do agente capitalista. É a vontade do capitalista em empregar capital, o que definirá a parte de seus pertences que constituirá seu capital e aquilo que será meramente usado para seu proveito próprio. Isto posto, Mill formula quatro proposições sobre o capital, as quais serão a base para o desenvolvimento de sua teoria da produção e sua relação com a lei de Say.

A primeira proposição diz que o trabalho é limitado pelo capital. Qualquer forma de emprego de mão-de-obra que se queira realizar depende, pois, do *quantum* de capital se tem disponível para tal aplicação. Não há assim possibilidade, em primeira vista, de se empregar maior quantidade de trabalho do que aquela que o montante de capital disponível para aplicação o permitir. Essa proposição é de fundamental importância para a compreensão da ênfase dada à acumulação como fator principal de expansão da riqueza e está descrita na segunda proposição. Contudo, essa proposição não significa que um fator

---

<sup>33</sup> Ibid. p. 70.

sempre desencadeia em outro, ou seja, que um dado montante de capital será sempre utilizado de tal forma a empregar o máximo número de trabalhadores correspondente. Mill reconhece que muitas vezes o capital encontra-se ocioso, ou mesmo não existe oferta de trabalho compatível com o volume de capital disponível, sendo inclusive aceita alguma forma de intervenção do governo como forma de melhorar a aplicação do capital que não encontra emprego num certo momento. Por outro lado, a simples existência de capital não aplicado significa certamente que há condições possíveis de se aumentar o volume de emprego, e isso ocorre sem limites visíveis. É nesse ponto que Mill, embora não explicitamente, toca na questão da tendência ao pleno emprego:

“Em todo grande aumento de capital, uma parcela considerável no geral... apenas coopera com os trabalhadores sem mantê-los. O que tenciono afirmar é que a porção destinada à manutenção dos trabalhadores pode ser aumentada indefinidamente (supondo que não haja alteração em nenhum outro fator) sem criar uma impossibilidade de encontrar-se empregos para eles; em outros termos, havendo seres humanos aptos para o trabalho e alimentos para nutri-los, os mesmos podem ser empregados na produção de alguma coisa”.<sup>34</sup>

A segunda proposição sobre o capital trata da sua origem, sua fonte. “Todo capital, com raras exceções, resulta originalmente de uma poupança”. Novamente um confronto com os pensamentos de Malthus. Aqui Mill tende a seguir uma linha de raciocínio similar à de Ricardo, acreditando ser essencial a abstenção de um consumo pessoal – o qual chama improdutivo – em benefício do aumento da produção, pois somente essa abstenção pode prover a acumulação de capital que garante a ampliação da produção. Entretanto, ele ressalva que o significado de poupança não é necessariamente sinônimo de privação de consumo; pode-se sim elevar a poupança com um consumo crescente, desde que o aumento da produção seja tanto maior que o “resíduo” do produto a poupar seja maior que a soma do produto que foi consumida. No que ele sintetiza:

“Consumir menos do que se produz é poupar, e este é o processo mediante o qual se aumenta o capital, não sendo necessário, para isso, que se consuma menos em termos absolutos... para aumentar o capital, existe outro meio, além do de consumir menos: produzir mais”.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Ibid. p. 79.

<sup>35</sup> Ibid. p. 82.

O terceiro teorema fundamental diz que o capital, mesmo sendo poupado e sendo resultado da poupança, é consumido. Significa que toda poupança será usada para algum fim, cedo ou tarde, por uma ou outra pessoa. Se a poupança é reservada para gasto futuro, ela é acumulada pelo seu autor; se for gasta imediatamente, por outro que não o poupador, diz-se que ela é consumida, por exemplo, no emprego como capital para ampliação de uma produção. Com essa proposição, Mill tenta desfazer o mal entendimento que muitos têm sobre o real significado da poupança. Ao contrário do senso comum, ele afirma que poupar não diz respeito à mesma coisa que entesourar, ou seja, deixar a poupança à própria disposição para o futuro. O ato de poupar, segundo o autor, é mais benéfico à sociedade do que os gastos que esta faz em consumo improdutivo, novamente reiterando sua oposição a Malthus. Isso porque o hábito consumista (artigos de luxo e supérfluos) orienta a atividade econômica de uma nação para a produção desses bens, reduzindo a parcela da mão-de-obra ocupada com a produção dos bens essenciais à própria subsistência, dificultando as perspectivas de expansão da produção e do emprego. Conforme sintetizado por Mill, seu pensamento sobre o assunto é o seguinte:

“Em suma, a poupança enriquece a comunidade, juntamente com o indivíduo, ao passo que o gasto a empobrece; em outras palavras, seria o mesmo que dizer que a sociedade, no geral, se torna mais rica mediante o que gasta colaborando na manutenção do trabalho produtivo, porém se torna mais pobre pelo que consome em seus prazeres e divertimentos”.<sup>36</sup>

Finalmente, a quarta proposição, a que mais se relaciona com o tema ora tratado, afirma que “o que mantém e dá emprego à mão-de-obra produtiva é o capital gasto para colocá-la a trabalhar, e não a procura dos compradores em relação ao produto do trabalho, quando encerrado”.<sup>37</sup> É na verdade uma extensão daquilo que já havia sido dito por James Mill e Ricardo, contrariando as teorias de deficiência de demanda. Nesse caso, a demanda pelos bens produzidos tem uma única importância que é a de direcionar a produção para determinado setor, para onde migrará tanto o capital (suposta a livre mobilidade) quanto a mão-de-obra. Em última instância, o volume de emprego do trabalho depende direta e

---

<sup>36</sup> Ibid. p. 84.

<sup>37</sup> Ibid. p. 88.

unicamente do capital, ou seja, dos fundos que sustentarão a mão-de-obra empregada. Nesse teorema se encaixa a proposição clássica de que qualquer fundo disponível, uma vez aplicado, converterá o capital em remuneração aos trabalhadores, e estes terão um poder de compra que, aliado à vontade de consumo, ensejará uma demanda por algum produto. Quando essa relação entre o que foi produzido e o que foi demandado não coincidir haverá migração do capital para outras atividades, até que a oferta e demanda no mercado sejam compatíveis. É isso que Mill trata em sua abordagem sobre as possibilidades de excesso de mercadorias.

No capítulo intitulado “A oferta excessiva”, Mill analisa o comportamento do mercado de bens. Sua explanação para a possibilidade de existência de superprodução generalizada se concentra na negação de que um excesso possa ocorrer entre todas as mercadorias simultaneamente. A sua ênfase, e o que o diferencia dos autores antecedentes, está em tentar revelar o real significado do que estariam tentando afirmar aqueles que sustentavam as teorias de deficiência de demanda.

O ponto de apoio da argumentação de Mill é a geração de poder de compra, ou de meios de pagamentos, que a produção de uma mercadoria cria instantaneamente. Sua hipótese se baseia no fato de que, se possível fosse aumentar as capacidades produtivas de uma nação, imediatamente e de forma inevitável, teria-se aumentado na mesma proporção o poder de compra dessa nação. Contudo, ao mesmo tempo isso cria um produto para o qual em princípio não há mercado consumidor. A partir de então, a questão colocada por Mill é:

“É bastante evidente que a produção gera mercado para a produção, e que há no país riqueza com a qual se pode comprar toda a riqueza do país; mas os que têm os meios podem não ter as necessidades, e os que têm as necessidades podem não ter os meios. Por isso, é possível que parte das mercadorias não consiga encontrar mercado, em razão da ausência de meios entre aqueles que têm o desejo de consumir, e em razão da ausência de desejo entre aqueles que têm os meios”.<sup>38</sup>

Isso mostra que Mill aceita a proposição de que eventualmente ocorra um excesso de mercadoria. No entanto, ele alerta para o fato de essa situação não ser generalizada e não se sustentar ao longo do tempo. Uma vez que um poder de compra foi criado junto com a

---

<sup>38</sup> MILL, J. S. Princípios de Economia Política Vol. II p. 105.

produção de um artigo, necessariamente o produtor deste artigo realizou esta produção com o intuito de obter algo, o que significa que ele tem uma demanda não satisfeita. Isso ocorre mesmo que o mercado, antes desta nova oferta, estivesse já equilibrado. Ocorre que haverá então uma maior soma de riqueza que pode ser e será despendida nas trocas de mercadorias. Sobre isto Mill conclui que:

“Portanto, não pode estar faltando nenhum dos componentes da procura, quando há oferta adicional, embora seja perfeitamente possível que a procura seja por uma coisa, e a oferta infelizmente pode consistir em outra”.<sup>39</sup>

É por este caminho que Mill então passa a desmontar a crítica efetuada por aqueles que julgavam ser a deficiência de demanda a causa principal das recessões, que nem mesmo os economistas políticos clássicos negavam.<sup>40</sup> Conforme apontado por Miglioli, os economistas adeptos da lei de Say consideravam as crises econômicas como problemas eminentemente comerciais e financeiros, em certas circunstâncias ligadas à moeda, ao crédito e à taxa de juros. Disso resultava que não havia nenhuma incoerência com a lei de Say em si, apenas ocorria que a economia por vezes estava fora de seu rumo natural.<sup>41</sup> Especificamente, Mill observa que esses economistas atentaram erroneamente para alguns fatos comerciais, o que os levava a induzir que o problema era de excesso de produtos no mercado, quando na verdade, era de falta de confiança. Isso ocorria devido à atividade especulativa dos comerciantes frente a uma alta dos preços, o que os impelia a aumentar os estoques, contraindo dívidas para tanto. Porém, em um momento, os preços – e por consequência os lucros – deixam de subir e invertem a tendência. Nesse momento há uma situação de restrição de crédito e colapso de preços, que significa aumento repentino da demanda por moeda, o que levava toda a sociedade a reter moeda. Segundo Mill, nesse momento “... quase todos se transformam em vendedores, e dificilmente há compradores”. E sintetiza a recessão causada pela crise comercial da seguinte forma:

---

<sup>39</sup> MILL, J. S. op. cit. p. 105.

<sup>40</sup> Na verdade, para os clássicos, uma demanda insuficiente em um mercado específico poderia sim gerar uma recessão. Mas na prática isso não ocorria ou não deveria ocorrer, porque o mercado se ajustava sozinho – reduz aquela oferta “excessiva” e aumenta em outro lugar.

<sup>41</sup> MIGLIOLI, J. op. cit. p.38.

“É simplesmente a consequência de um excesso de compras, feitas para especular. Não é um advento gradual de preços baixos, mas uma baixa repentina a partir de preços muito altos; sua causa imediata é uma restrição do crédito, e o remédio consiste não em diminuir a oferta, mas no restabelecimento da confiança”.<sup>42</sup>

Outra causa apontada como fator gerador de recessões é a queda de lucros e juros. Entretanto essa causa tem natureza mais peculiar por ser uma tendência decorrente do aumento da população e demanda por alimentos e bens essenciais, o que leva inevitavelmente ao aumento do custo de manutenção da mão-de-obra, ou seja, da participação de salários no produto. O desencadeamento da seqüência não está atrelado à possível falta de demanda, mas sim à escassez do capital acumulado para se garantir a expansão da produção. Como o estudo do capital não é o foco do trabalho, fica apenas o registro dessa possibilidade.

Tem-se assim, portanto, a básica formatação que a concepção sobre o funcionamento dos mercados tomou sob a ótica da doutrina clássica. Este modelo de entendimento da Economia Política, precisamente a desenvolvida por Mill, que aperfeiçoou os ensinamentos de seus predecessores e corrigiu algumas falhas, permaneceu praticamente intocada até a década de 1930. Poucas foram as contribuições de autores neoclássicos - como Marshall e Pigou -, que se restringiram a adotar a lei de Say conforme ela já estava colocada. Mesmo Keynes, antes do rompimento total com esta doutrina, se amparou em alguns trabalhos com os conceitos que havia herdado de seus professores ortodoxos de Cambridge. Assim, antes de chegar à Revolução Keynesiana, iremos discorrer sobre o desenvolvimento do pensamento econômico nas primeiras décadas do século XX, com ênfase no de John Maynard Keynes, mediante revisão sucinta de algumas de suas obras ao longo da década de 1920, o que lhe serviu de apoio para a formulação de sua Teoria Geral.

---

<sup>42</sup> MILL, J. S. op. Cit. p. 106.

## **CAPÍTULO 2**

# **Evolução do pensamento econômico na transição dos séculos XIX-XX**

### **2.1. Herança doutrinária clássica e uma crise de paradigmas**

A despeito da revolução marginalista que tomou lugar no pensamento econômico desde a segunda metade do século XIX, pode-se afirmar que a concepção dada por J. S. Mill às leis de produção e trocas permaneceu praticamente intacta quando da sucessão de sua obra. É fato que o âmbito de abordagem da economia sofreu uma mudança de rumo; deixaram-se de lado as questões que priorizavam o estudo do desenvolvimento econômico no longo prazo e a análise da teoria do valor ricardiana, bem como as ponderações sobre os determinantes e pontos de equilíbrio entre poupança e consumo. A partir de então a orientação passava a ser o estudo da alocação dos recursos e a formação dos preços no curto prazo através do utilitarismo, o que envolvia a formulação de teorias subjetivas de valor, diferentemente da teoria clássica.

De qualquer forma, essa migração do pensamento para as questões microeconômicas não significaram definitivamente um rompimento ou mesmo um abandono com o fundamento macroeconômico clássico. Apenas chegou-se a um ponto em que todo o arcabouço teórico que envolvia o problema clássico - fundado em torno da “lei de Say” - estava supostamente desvendado. O desenvolvimento da referida lei havia chegado a um grau tal que permitia explicar perfeita e satisfatoriamente praticamente todos os fenômenos econômicos contemporâneos subjacentes, o que inclusive levou alguns pensadores a

afirmar que o trabalho da economia política estaria completo, nada mais restando a descobrir ou desenvolver, ainda em meados do século XIX.

Com isso, o entendimento geral dos economistas ortodoxos à época era que a economia estaria naturalmente operando com recursos plenamente alocados e que, pois, gravitando num nível próximo ao do pleno emprego do trabalho, fato justificado pelas relativamente baixas taxas de desemprego na Europa do século XIX.

O intervalo de tempo decorrido entre aproximadamente 1815 e 1845 teve grande significado perante a evolução das doutrinas econômicas em estudo. Uma heterogeneidade de correntes teóricas disputava a sucessão de Ricardo, como os ricardianos, os socialistas-ricardianos, entre outras, o que caracterizou o período como uma época de crises em torno do pensamento econômico. A mais heterogênea corrente – a reação anti-ricardiana – seria aquela que culminaria na Revolução Marginalista. Enfim, foi esse ambiente de conflitos ideológicos que permitiu o surgimento e a difusão de uma diversidade de idéias e conceitos, ainda que muitas vezes antagônicos entre si, cujos frutos seriam colhidos nos anos seguintes.<sup>43</sup>

Coube justamente a J. S. Mill conduzir a Economia Política ao que Screpanti & Zamagni chamam de período de ciência normal. Todo o conjunto de idéias que a floravam foram reduzidas a uma linha predominante, com maior fidedignidade à própria obra de Ricardo. Essa linha sucedeu um período de “situações clássicas” ou “épocas de revolução” teórica – embora o termo não seja aplicado nesse caso em acordo à denotação khuniana de revolução, mas apenas como referência a um período de tempo onde meramente não havia uma doutrina plenamente estabelecida, apenas profusões teóricas conflitantes. A consolidação da ciência normal traz, pois, consigo, um conjunto de verdades duradouras que caracterizam o novo paradigma. No caso, a talvez principal dessas verdades fosse a crença nos mecanismos de ajuste automático do mercado ao pleno emprego.

Com isso, o trabalho iniciado por Say e aprimorado por outros dentre os quais Ricardo estava justificado. Admitidas as possibilidades de recessões temporárias e não-

---

<sup>43</sup> SCREPANTI, E. & ZAMAGNI, S. Panorama de Historia de Pensamiento Económico.

generalizadas já referidas anteriormente pela linha clássica, a Economia Política partiria então para outras abordagens – as micro-econômicas -, utilizando-se do pressuposto da plena alocação dos fatores e buscando identificar como ocorria essa alocação no mercado, baseando-se em conceitos relativamente novos de utilidade e produtividade marginal, etc.

## **2.2. O *laissez-faire* e o contexto político-econômico**

O período que se inicia aproximadamente na primeira década do século XX já traz consigo profundas mudanças, principalmente no ambiente político, que começam incitar maiores oposições à até então incontestável lei dos mercados. A Europa passava por um momento de transformações sociais e os princípios do *laissez-faire* já não se faziam tão presentes quanto nos dois últimos séculos.

O surgimento, no século XVIII, de uma nova ordem de pensamento na filosofia política, associava a prosperidade a princípios inicialmente não conciliáveis entre si. O benefício social ou a ampliação das riquezas materiais, então conduzidos pelas leis da natureza que guiavam a ação humana, passam a ter um substrato teórico, no qual a ação individualista é o centro dinâmico responsável pelo bem-estar coletivo. À idéia do individualismo juntaram-se o socialismo e igualitarismo democrático, formando uma confluência nos padrões de pensamento em direção à defesa incondicional da liberdade de ação individual como requisito fundamental para o progresso econômico. A “mão invisível” descrita por Adam Smith surgia como um *Deus ex-machina* em uma sociedade onde uma nova classe social rapidamente ascendia e conquistava poder nos Estados Modernos. A noção da melhor eficácia da ação livre ante a regulada ganhou espaço justamente junto a essa classe burguesa ascendente, assegurando que seus interesses fossem garantidos. Enfim, havia sido estabelecido um ambiente propício para o desenvolvimento da defesa do liberalismo. Tanto no nível filosófico, no político ou mesmo no contexto social que predominou na Europa no período compreendido entre 1750 e 1870, o fato é que havia uma conjuntura favorável para a disseminação de idéias a favor da ação individual livre - que viria a se transformar num conjunto maior de considerações denotado *laissez-*

*faire-*, e por conseqüência limitação da ação estatal, como mecanismo de prosperidade econômica. Keynes, na década de 1920, concebia que havia sido criado um ambiente tal, em que “a peculiar unidade da filosofia política do século XIX harmonizava todas as escolas diversificadas e incompatíveis, unindo todas as boas coisas para um único fim”.<sup>44</sup> E essa conjuntura, como via de regra, obteve um considerável sucesso nas principais economias européias durante essa época. Keynes entendia ser essa doutrina já superada e fez um estudo sobre o *laissez-faire*, e assim definiu o porque do seu predomínio:

“O individualismo dos filósofos políticos tendia para o *laissez-faire*. A harmonia divina ou científica (conforme o caso) entre o interesse particular e a vantagem política também tendia para o *laissez-faire*. Mas, acima de tudo, a inépcia dos administradores públicos contribuiu muito para levar o homem prático no *laissez-faire* – um sentimento que, de maneira alguma, desapareceu...Assim, o terreno estava preparado para a doutrina que, em bases divinas, naturais ou científicas, estabelecia que a ação do Estado deveria ser rigorosamente limitada, e que, na medida do possível, a vida econômica deveria ser deixada, sem regulamentos, à aptidão e ao bom senso de cidadãos individualistas, impelidos pela admirável motivação de subir na vida”.<sup>45</sup>

Em suma, o *laissez-faire* teve seu espaço devido a uma gama de fatores de distintas naturezas que se articulavam entre si. As filosofias políticas do individualismo e do liberalismo ascenderam justamente enquanto as ideologias socialistas marxistas se mostraram fracas para garantir uma proposição alternativa; a necessidade do protecionismo foi reduzida substancialmente com a expansão dos mercados e a fé de que os melhores resultados são obtidos através da ação livre do homem, baseada na sua aptidão aos negócios e sua busca incessante pela motivação de auferir lucros e subir na vida; e o paralelo traçado entre o ciclo econômico e a teoria darwinista da seleção natural se adequava ao perfil de comportamento empresarial da época, incentivando a livre competição como forma de garantir a perpetuidade dos mais fortes no mercado.

Contudo, a evolução do capitalismo e os acontecimentos históricos marcaram significativas mudanças no ambiente, inviabilizando a manutenção das idéias do passado. Na economia, houve uma tendência de transformação do capitalismo para uma fase mais monopolista, com o surgimento de grandes corporações que não se pautam mais apenas

---

<sup>44</sup> KEYNES, J. M. “O fim do *laissez-faire*”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). “Keynes”.

<sup>45</sup> Ibid p. 109.

pela procura do lucro pessoal. A figura do empresário-proprietário vai cedendo espaço para uma corporação socializada, cujos interesses não atendem exclusivamente a um único dono, mas sim a todo um corpo de acionistas e também ao interesse público. Com o crescimento da empresa, existe segundo Keynes, uma tendência dela assemelhar-se mais com uma corporação pública que com uma empresa privada. Isso porque, “atingida esta fase, a estabilidade e a reputação gerais da instituição são mais levadas em conta pela administração do que a maximização dos lucros para os acionistas”.<sup>46</sup> Não que isso significasse uma tendência para a completa socialização das atividades econômicas, mas sim que passaram a existir tendências naturais na direção de criação de estruturas que Keynes chamaria “semi-socializadas”, ou seja, com alguma atuação do Estado, seja em sua propriedade, gestão, ou regulação.

Foi nesse contexto que o mundo emergiu da 1ª Guerra Mundial. Ela alterou definitivamente os padrões de comportamento sob os quais a teoria econômica havia sido estabelecida um século antes, revertendo toda a noção de prosperidade que a livre iniciativa poderia propiciar. Nos principais países envolvidos com a guerra, as conseqüências trazidas foram na direção do rompimento das relações econômicas liberais, em virtude das necessidades de reconstrução e recuperação econômica imediata. Phyllis Deane aponta cinco aspectos fundamentais, com implicações sobre a teoria econômica clássica, inter-relacionados nesse ambiente institucional transformado:

“The first arose out of change in the international financial system and bore particularly on monetary theory. The second was the result of an essentially ideological shift – a pervasive change in the popular perceptions of the role of the government in the national economy. The third was the decline in the level of competition associated with changes in the scale, structure, and organization of modern commerce and industry. The fourth was a change in the character of the labor market, resulting from such social trends as population growth and urbanization... The fifth was a marked increase in the degree of political, economic, and financial uncertainty affecting day-to-day market decisions at both the micro and the macro-economic level.”<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Ibid. id.

<sup>47</sup> DEANE, Phyllis. *The State and the Economic System* p. 145-6.

A sucessão de fatos sobre um ambiente político instável resultante da 1ª guerra fez falhar as teorias e postulados clássicos e neoclássicos. Em geral, as teorias de produção e trocas baseadas num ambiente de competitividade “perfeita” não se aplicavam num mundo com restrições à competição e protecionismos por toda a parte. Além disso, a teoria monetária ortodoxa, de longo-prazo, perde relevância porque as decisões passam a ser tomada para efeitos imediatos.

Cabem aqui breves considerações sobre os dois primeiros aspectos listados. Quanto ao segundo, que envolve a participação ativa do Estado sobre a economia, devem-se ressaltar não apenas as mudanças acima mencionadas sobre a atuação do governo na atividade econômica em si. Havia uma tendência crescente na transição dos séculos de maior preocupação social pelos governos, o que denota um compromisso com o que viria a ser chamado de “Estado do bem-estar”. Isso estava diretamente relacionado à crescente indagação sobre os mecanismos de conversão automática para o pleno emprego, o que tornava o combate ao desemprego uma das prioridades de governo, ao lado das questões inflacionária e orçamentária. Esse aumento da atuação do Estado pode ser confirmado pelos crescentes gastos feitos pelos principais governos europeus – em especial do Reino Unido – em assistência social, como seguro social e programas de pensões, para amparar os trabalhadores contra perdas de rendas devido à incapacidade, idade avançada, doenças ou desemprego.<sup>48</sup> Mas, ao mesmo tempo em que o governo aumentava as despesas sociais e públicas, havia um forte comprometimento com a chamada “Treasury View”, um princípio fundamental da ortodoxia financeira quanto à gestão pública dos recursos, onde o equilíbrio das contas públicas é o fundamento da política econômica. Essa situação começou a se inverter quando do conflito mundial, devido aos elevados gastos do esforço de guerra e se arrastaria pelas décadas seguintes. No pós-guerra, embora as despesas houvessem sido reduzidas, não o foram na medida suficiente para trazê-las ao mesmo nível pré-1914. Assim, esses dispêndios públicos eram sustentados via elevação da tributação, de forma a buscar o equilíbrio orçamentário.

---

<sup>48</sup> SKOCPOL, T. and AMENTA, E. “States and Social Policies” p.132.

Phyllis Deane identifica duas possibilidades distintas de atuação do Estado na economia no começo do século XX. O primeiro é relacionado diretamente ao exposto acima, com a preocupação do governo em prover um amparo aos necessitados, refletindo uma aceitação por parte dos estados democráticos em assumir a responsabilidade pela redistribuição de renda em favor dos pobres, bem como em oferecer serviços básicos por eles demandados. Um segundo padrão tinha um caráter mais tipicamente intervencionista na própria economia operante em sistema de mercado, sendo nomeado de “vertente de engenharia social”. A idéia adjacente a esta linha de conduta era trazer para o Estado - fortemente centralizado - a função de zelar pelo poder econômico, ou garantir a estabilização de preços e rendas, por exemplo.

Essa profusão de idéias mais participativas do poder público no sistema econômico não se deu sem motivações. Conforme já ressaltado, o ambiente que emergia era inquietante para os profissionais que estudavam e trabalhavam com a economia política. Os postulados clássicos herdados de J. S. Mill e da tradição ricardiana não mais se harmonizavam com as constatações. A argumentação clássica era de que o excesso de proteção estatal aos agentes econômicos fracos reduziria suas possibilidades de resposta à altura dos desafios impostos pelos mercados, pois não os estimularia a agir tão eficientemente quanto exige um sistema de livre mercado. Mesmo importantes nomes do pensamento neoclássico como Marshall e Pigou defendiam, ou no mínimo aceitavam, alguma atuação pública na defesa dos interesses sociais, como a redução do desemprego. Em suma, o cenário estava mudado:

“ The events of the 1920's challenged professional economists writing or advising on policy issues to rethink the nature of the problems facing them and to re-examine some of the basic assumptions of their discipline. Theoretical abstractions and analytical conventions which had fitted so conveniently in the tool-box of the 'new' economic science of the pre-war decades failed to sharpen their focus on the rapid succession of unexpected problems thrown up by a chronically unstable politico-economic environment. Theories of production and exchange which started from the assumption that perfectly competitive markets were the 'norm' had limited relevance to a world in which the restraints on competition were becoming more numerous and effective. The essentially long-term character of classical monetary theory had diminished its usefulness as a frame of reference for analysis of the urgent short-term problems in which most economic decisions must to be made. Most important of all, altering the context in which economic ideas were developing was an ideological shift

– a change in the climate of political opinion concerning the proper role of government in economic affairs.”<sup>49</sup>

Já o primeiro aspecto é o centro do desenvolvimento dos mais importantes acontecimentos econômicos no pós-guerra. Ele trata do sistema monetário internacional sob liderança britânica, baseada na confiança em um padrão-ouro que prevaleceu imutável desde 1821, quando da restauração do regime no Reino Unido. Durante o conflito, as nações aderentes suspenderam a conversibilidade de suas respectivas moedas com o intuito de preservar suas reservas de ouro. A iniciativa foi amplamente aceita num contexto de guerra, sendo estabelecido o consenso de que aquela era uma situação temporária e logo que a paz se restabelecesse, haveria naturalmente o retorno ao antigo regime, pois a crença geral era que um sistema monetário sólido seria garantido via o atrelamento a um padrão metálico. E a confiança no padrão-ouro se sustentava em dois pilares fortes: a credibilidade no Reino Unido como comandante do sistema financeiro mundial e na teoria monetária-quantitativista de Ricardo.

A questão começa a se complicar quando o Reino Unido decide promover esforços no sentido de restaurar o padrão monetário antigo com a mesma paridade pré 1914, numa conjuntura em que a moeda britânica perceptivelmente já não tinha o mesmo valor. É isso que culminará no insucesso britânico em recuperar sua hegemonia comercial e financeira mundial e retardar sua recuperação econômica, conforme exposto à frente. Isso se resume na passagem de Deane:

“At that stage, as far as the United Kingdom was concerned, recovery was smothered by the determination of the authorities not only to return to gold (an objective which was not itself a matter for serious contention) but to return at the pre-war parity for sterling. The trouble was that the restrictive monetary and fiscal policies needed to force up the foreign exchange value of a chronically weak pound discouraged domestic investment, aggravated the unemployment problem, and inhibited the structural readjustments required by British industries suffering from capital obsolescence and lagging competitiveness in world markets.”<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> DEANE, Phyllis. op. cit. p. 150.

<sup>50</sup> DEANE, Phyllis. op. cit. p. 149.

A situação que se apresentava à realidade britânica não era nada alentadora. Durante a guerra, salários, preços e lucros haviam aumentado substancialmente, mais do que em outros países da Europa. O reflexo imediato disto foi a perda de competitividade dos produtos exportáveis britânicos, o que causou grande impacto em sua balança comercial. Os déficits comerciais que sucediam alertavam para o perigo do comprometimento do orçamento equilibrado, o pilar da “Treasury View”, a corrente que orientava a política econômica britânica e pressupunha que as ações de política fiscal não teriam efeito para a redução do desemprego. Naturalmente, a tendência que se seguia era o desemprego – concentrado nas indústrias exportadoras - e a recessão econômica.

Apresentavam-se então duas soluções alternativas para o problema. A primeira envolvia um esforço no sentido de promover redução dos custos de produção, o que incluía salários, preços e lucros, como forma de tornar os produtos exportáveis novamente competitivos e retomar alguns importantes mercados perdidos durante a guerra. Era a proposta que seguia a linha de pensamento neoclássica, que justamente interpretava a não convergência para o pleno emprego como reflexo de um excesso de rigidez e regulamentação nos mercados, o que impedia a livre iniciativa de promover os esforços necessários para a elevação do nível de emprego. A segunda alternativa parecia, em tese, mais simples e efetiva, consistindo na desvalorização da libra esterlina até o ponto de recuperação da competitividade, mas ela tinha conseqüências para o Reino Unido, que não abria mão de recuperar sua posição de capital no sistema financeiro e comercial mundial.

Dadas as duas alternativas e os interesses britânicos em jogo, a opção natural feita pela corrente ortodoxa foi por deflacionar preços. As razões para essa escolha são expostas por Michael Stewart:

“A experiência com o ciclo econômico havia convencido os economistas de que salários e outros custos devem cair durante a fase de depressão, como uma das condições indispensáveis para uma eventual recuperação. Essa convicção era reforçada, dentro de um nível teórico, pela doutrina da produtividade marginal, que afirmava que, se houvesse mão-de-obra desempregada, ela só poderia voltar a ser empregada a um nível mais baixo de salários médios. Dessa forma, o princípio apontado

tanto pela teoria como pela experiência era claro: se o pleno emprego pudesse ser restabelecido nas indústrias britânicas de exportação, isso só se daria com a redução dos salários.”<sup>51</sup>

Assim, ao longo de toda a década de 1920, a orientação da política econômica foi para a promoção da estabilização monetária – pois a variação anual de preços chegou à média de 18% entre 1914 e 1920 - com deflação de preços e salários, como condição fundamental para o retorno ao padrão-ouro. A crença no antigo regime monetário era generalizada, mas o retorno global só seria viável se o Reino Unido, o centro do sistema até 1914, efetivasse. A necessidade ocorria porque, sem o padrão-ouro “não poderia haver ordem na vida econômica internacional, nem garantias contra a ilimitada expansão do meio circulante e, portanto, contra uma inflação incontrolável...”<sup>52</sup>

Esforços foram empreendidos na redução de preços e salários ao longo da década de 1920, mas a fixação na idéia de restaurar uma paridade não mais suportável pela economia britânica em face dos acontecimentos de guerra provocou mais prejuízos que benefícios. As políticas fiscal e monetária adotadas foram amplamente restritivas, visando a revalorização forçada da libra esterlina. As taxas de juros, historicamente baixas, foram substancialmente elevadas para reduzir o nível de preços. A sustentação dessas práticas ortodoxas acabou por ter efeito depressivo sobre a economia. O investimento doméstico foi desencorajado, agravando o problema do desemprego que chegou aos dois dígitos e se manteve acima desse patamar com tendência de crescimento, até atingir o ápice de 21% em 1931.

Com a insistência do governo na condução da política econômica deflacionista, começam a surgir pressões por parte dos trabalhadores contra os seguidos cortes salariais levados a cabo. Nesse momento começam a ganhar força as representações trabalhistas que, unindo-se entre setores estratégicos – sobretudo as tradicionais indústrias de carvão, ferrovias e transportes, deflagram a Greve Geral em 1926. Apesar de falhar na principal reivindicação de impedir imediatamente os novos cortes de salários propostos, o movimento criou um ambiente de negociação tenso entre sindicatos e governo conservador, o que reduziu as futuras tentativas de flexibilização dos salários em muitas indústrias.

---

<sup>51</sup> STEWART, Michael. *A Moderna Economia – Antes e depois de Keynes*, p. 45.

<sup>52</sup> *Ibid* p.49.

Dessa forma, os níveis salariais da metade da década de 1920 praticamente se mantiveram até o final dela.

Por outro lado, esse insucesso em promover todos os ajustes necessários na deflacionamento de preços definitivamente inviabilizou a tentativa britânica de retomar a hegemonia do comércio e transações financeiras mundiais. Ainda que a libra esterlina não tivesse alcançado a valorização suficiente para a restauração do regime monetário, o Reino Unido decretou a volta ao padrão-ouro em 1925. Com as exportações ainda não competitivas, as indústrias exportadoras mantiveram-se com baixo nível de operação, o que representava uma considerável fonte de desemprego. Para contrabalançar os efeitos do déficit comercial, como o afluxo das reservas de ouro, foram realizados investimentos de longo prazo no exterior - para a retomada da posição central no sistema econômico -, que trouxessem divisas na forma de lucros, etc. Contudo, esses empreendimentos eram promovidos às custas de captações no curto-prazo no exterior, baseadas na confiança da conversibilidade da moeda, pois não podiam ser realizados com base em superávits normais, dada a posição de fragilidade das contas nacionais.

Com a crise de 1929, a recessão econômica e o desemprego em massa que eram, até então, preocupações localizadas no Reino Unido, difundem-se pelo mundo. Isso só fez por atrasar a recuperação britânica. Conforme sumariza Deane:

“ It had taken more than a decade for the British monetary authorities to come to grips with the fact that the pre-war system of economic relationships was beyond repair and that their attempts to put the clock back were doomed to be self-defeating”.<sup>53</sup>

Cabe agora estudar como Keynes enxergava os acontecimentos durante os anos que foram a base para a formação de seu pensamento econômico.

---

<sup>53</sup> DEANE, Phyllis. op. cit. p. 149.

## 2.3. Os desenvolvimentos à luz de Keynes

### 2.3.1. A filosofia liberal

A característica típica de J. M. Keynes era ser um economista com viés liberal reformista, mas mantendo um traço forte de conservadorismo em suas convicções. Simultaneamente, acreditava no juízo racional dos indivíduos, tinha comprometimento com a verdade e o bem-estar social como objetivo, o que denota um perfil agregador de valores difusos.

Enxergava o capitalismo como um sistema realmente imperfeito, mas nem por isso preconizava o socialismo, tão pouco a idéia de luta entre classes. Ao contrário, não acreditava ser o socialismo o remédio econômico para os males do capitalismo e criticava abertamente as doutrinas socialistas por sua intransigência na reivindicação dos meios de produção à coletividade. Para ele, a discussão da propriedade dos meios era irrelevante num momento em que o próprio capitalismo estaria caminhando para uma socialização das empresas privadas, cujo fim estaria mais direcionado aos benefícios coletivos associados aos acionistas que aos individuais, ou seja, o lucro do proprietário. Acreditava que a alternativa socialista, em especial a marxista, é uma doutrina ilógica, obtusa, cientificamente errônea e que carece de interesse e aplicação no mundo moderno.<sup>54</sup> Analisando os efeitos práticos da experiência comunista soviética, Keynes se surpreende com a ineficácia econômica que esse sistema carrega:

“Pelo lado econômico não me dou conta de que o comunismo russo tenha trazido qualquer contribuição de interesse intelectual ou valor científico a nossos problemas econômicos. Não creio que encerre, nem na possibilidade que encerre, sequer um fragmento de técnica econômica útil que não pudéssemos aplicar, se o que quiséssemos, com igual ou maior êxito, numa sociedade que se conserva em toda a linha... os ideais burgueses britânicos”.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> KEYNES, J. M. “*Laissez-faire and communism*” p. 99.

<sup>55</sup> KEYNES, J. M. “*Laissez-faire and communism*” p. 130.

Em geral, ao longo de suas obras, Keynes fez uma quase defesa do sistema capitalista de mercado. Defendeu-o não apenas por acreditar nele como uma boa opção em pauta, mas por desacreditar nas soluções alternativas socialistas, apesar de ser defensor ardoroso do princípio socialista da justiça social. Não obstante, alertou para os perigos intrínsecos ao sistema, sobretudo no que se refere aos abusos do capitalismo financeiro. Isso é o que enseja sua aclamação pela ação estatal como entidade reguladora do sistema.

“Embora expressasse a crença de que o capitalismo, adequadamente organizado, é provavelmente mais eficaz que qualquer outra forma de organização econômica, considera o capitalismo em si sumamente objetável por razões morais. O homem de negócios que se move por *amor ao dinheiro* é tolerável como um meio mas não como um fim. Este sentimento de que o capitalismo contemporâneo está em bancarrota moral e espiritual explica provavelmente, ao menos em parte, o fundamento psicológico dos firmes ataques de Keynes aos abusos financeiros e às orgias especulativas de tal sistema”.<sup>56</sup>

Conforme expõe Dillard, a Economia Política de Keynes tem uma significação histórica que consiste em proporcionar a base teórica para um novo liberalismo, cuja característica primordial, diferente do liberalismo clássico, é a rejeição do *laissez-faire*:

“O conceito de uma harmonia preestabelecida das forças econômicas... como sendo a concepção fundamental do *laissez-faire*, prima por sua ausência no pensamento de Keynes... Por faltar à economia de propriedade privada a harmonia preestabelecida, são necessários os controles sociais, para evitar que ela fique entregue à própria destruição. A maior desarmonia do capitalismo do *laissez-faire* é que o pleno emprego se torna cada vez mais difícil de conseguir com a progressiva acumulação de riqueza.”<sup>57</sup>

### 2.3.2. *Concepções ao longo dos anos 1920*

Conforme já observado, a objeção principal de Keynes ao capitalismo era sua vinculação extrema aos supostos clássicos do *laissez-faire*. A transição de século marcou profundas alterações no ambiente europeu que Keynes entendia como conseqüências de

---

<sup>56</sup> DILLARD, Dudley. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes p. 295.

<sup>57</sup> Ibid. p. 297.

uma nova pressão por alimentos em face de uma população europeia crescente e com produção de alimentos decrescente em relação ao trabalho despendido. Parecia que todo o período de bonança do século anterior estava entrando em colapso, com aumento dos custos de produção que poucos economistas enxergavam, pois esses aumentos eram mascarados pelos ganhos em produtividade. Alguns pensadores tinham essa percepção da realidade de forma mais apurada, com o que previam que a era de ouro da economia capitalista de livre mercado estava marcada para sofrer um forte revés.

“Aquele idade feliz perdeu de vista a visão do mundo que mergulhara os fundadores de nossa Economia Política numa profunda melancolia. Antes do século XVIII, a humanidade não alimentava falsas esperanças. Para tirar as ilusões que se difundiram no final dessa época, Malthus precisou revelar uma tragédia. Durante meio século, todos os trabalhos sérios de Economia conservaram essa tragédia como uma evidente possibilidade. Durante o meio século seguinte, ela foi acorrentada e mantida oculta. Agora é possível que a tenhamos libertado novamente”.<sup>58</sup>

Anteriormente aos eventos que abalaram o ambiente estável e próspero, uma característica peculiar na sociedade europeia foi sua psicologia tendente à acumulação de capital. Isso era, por um lado, o próprio mecanismo de progresso econômico que gerava os investimentos e a acumulação de bens de capital, e por outro, justamente a fonte da desigualdade e injustiça social que incomodava Keynes, pois, embora houvesse um notável progresso econômico sob a égide do *laissez-faire*, houve também uma clara indução da sociedade à abstenção do consumo imediato em prol do desfrute futuro, transferindo grande parte da renda ampliada ao controle da classe com menor possibilidade de consumi-la.

Em suma, a Europa antes de 1914 era favoravelmente conduzida por uma série de particularidades que caminhavam em conjunto com as ponderações do *laissez-faire*. Moggridge faz uma análise desse cenário:

“... o progresso econômico, que se acreditava automático e natural, experimentado pela Europa antes da guerra, se apoiara em quatro bases instáveis e peculiares. A primeira tinha sido o sistema de interdependência internacional que permitira à população da Europa Central... expandir-se e fabricar produtos industriais de exportação para pagar as importações de alimentos e matérias-primas. A

---

<sup>58</sup> KEYNES, J. M. “The Economic Consequences of Peace”-“Europe Before War”. In: SZMRECSÁNYI, T. “Keynes” p. 44.

segunda tinha sido o papel mínimo que as tarifas, os diferentes sistemas monetários e as fronteiras desempenhavam na vida econômica da Europa Central, da qual muito dependiam as economias do resto do continente. A terceira tinha sido a psicologia da sociedade européia anterior à guerra, que ordenara seus negócios de maneira a favorecer a máxima acumulação de capital... O elemento final do sistema tinham sido as condições favoráveis em que a Europa fora capaz de trocar bens manufaturados por alimentos das áreas de colonização recente. Todas elas tinham sido variamente feitas em pedaços pela guerra, e, portanto, sua restauração e a reabilitação européia deveriam ter sido a primeira tarefa dos responsáveis pela paz”.<sup>59</sup>

A guerra veio como o elemento perturbador final dessa ordem. Apesar de a Europa já vir sofrendo um desgaste recente da doutrina do livre-mercado – como a falha na conversão automática ao pleno emprego – foi o início do confronto que marcou para Keynes a fase de agonia e o fim definitivo do *laissez-faire*. Ele revela, já em 1919, suas impressões sobre os efeitos que essa fase de transformações poderia engendrar na sociedade:

“... Apenas procuro indicar que o princípio da acumulação, baseado na desigualdade, constituía uma parte vital da ordem social vigente, antes da Guerra. E do progresso como então o compreendíamos; e, também, procuro acentuar que este princípio dependia de condições psicológicas instáveis, impossíveis de serem recriadas. Numa população em que tão poucos gozavam dos confortos da vida, não era natural acumular tão intensamente. A Guerra revelaria a todos a possibilidade do consumo e a muitos a vaidade da abstinência. Assim, o logro ficou a descoberto; as classes trabalhadoras podiam não estar mais dispostas a ceder tanto e as classes capitalistas, já sem confiança no futuro, podiam procurar gozar mais completamente sua liberdade de consumo, enquanto ela durasse, e precipitar, dessa maneira, a hora da sua desapropriação”.<sup>60</sup>

E quando veio a paz, tornou-se claro que a Europa jamais seria a mesma que vivera o auge no século XIX. Keynes advertia em “As Conseqüências Econômicas da Paz” (1919) que

“ It happens, however, that it is not only an ideal question that is at issue. My purpose ... is to show that the Carthaginian peace is not *practically* right or possible. Although the school of thought from which it springs is aware of the economic factor, it overlooks, nevertheless, the deeper economic

---

<sup>59</sup> MOGGRIDGE, D. E. As idéias de Keynes. p. 47

<sup>60</sup> KEYNES, J. M. “The Economic Consequences of Peace” -“Europe Before War”. In: SZMRECSÁNYI, T. “Keynes” p. 50.

tendencies which are to govern the future. The clock cannot be set back. You cannot restore Central Europe to 1870 without setting up such strains in the European structure and letting loose such human and spiritual forces as, pushing beyond frontiers and races, will overwhelm not only you and your 'guarantees', but your institutions, and the existing order of your society".<sup>61</sup>

Conforme visto, mesmo com os reflexos devastadores da guerra sobre a indústria da Europa e principalmente do Reino Unido, a prioridade britânica no pós-guerra passou a ser a recuperação da hegemonia do país como centro financeiro mundial. Tal posição conferia ao Reino Unido importantes receitas de intermediação financeira e serviços bancários, permitindo-a controlar as transações de pagamentos ao redor do mundo. A posição de Keynes sobre isso é crítica exatamente na medida em que todas as ações prescritas para tentativa de recuperação econômica foram orientadas para a restauração financeira britânica. Com isso, Keynes acusava severamente o governo de conduzir a política econômica em detrimento do setor industrial e conseqüentemente dos empregos nele gerados, sendo esse um dos motivos pelos quais repugnava o capitalismo financeiro e predizia que o capitalismo ficaria entregue à própria destruição se não fossem tomadas medidas no sentido de coibir essa subjugação das atividades financeiras sobre as industriais.

Os ataques frontais de Keynes se concentraram nas seguintes vertentes da condução econômica na década: a insistência dos aliados em cobrar as dívidas de guerra, tanto dos derrotados quanto dos empréstimos entre aliados, pois acreditava que essas "transações financeiras artificiais" desfavoreceriam o progresso industrial; a elevação e manutenção de altas taxas de juros até pelo menos 1925, com o objetivo de re-valorizar a libra e permitir a restauração do padrão-ouro, o que foi em sentido contrário aos demais países que se recuperavam da guerra e gerou no Reino Unido a restrição do crédito e um volume de investimentos muito baixo que só fez deteriorar a depressão industrial e o nível de emprego; e, por fim, as políticas deflacionistas, que também tinham como meta criar as condições pré-guerra para o retorno ao padrão-ouro, mas que, para Keynes, tinha efeitos catastróficos sobre o consumo das classes trabalhadoras, base de sustentação da expansão econômica.

---

<sup>61</sup> KEYNES, J. M. "The Economic Consequences of Peace"- "The Conference" p. 23.

Disso pode-se conceber que as preocupações e o estudo econômico na década de 1920 foram dedicados às questões monetárias, especialmente à estabilização da inflação de guerra. Assim Keynes figurou inicialmente como um defensor de reformas monetárias. Atribuiu, no prefácio de seu “Tratado sobre a Reforma Monetária” (1923) os maiores males do capitalismo à instabilidade financeira, incluindo nesses males o desemprego, as perdas de negócios, a incerteza, etc.

“We leave saving to the private investor, and we encourage him to place his savings mainly in titles to money. We leave the responsibility for setting production in motion to the businessman, who is mainly influenced by the profits which he expects to accrue to himself in terms of money. Those who are not in favor of drastic changes in the existing organization of society believe that these arrangements, being in accord with human nature, have great advantages. But they cannot work properly if the money, which they assume as a stable measuring-rod, is undependable. Unemployment, the precarious life of the worker, the disappointment of expectation, the sudden loss of savings, the excessive windfalls to individuals, the speculator, the profiteer – all proceed, in large measure, from the instability of the standard of value”.<sup>62</sup>

Num primeiro momento, imediatamente após o armistício, Keynes se declarava favorável a uma elevação das taxas de juros como a única maneira de quebrar o *boom* inflacionário, e não em favor da valorização da libra. Conforme expõe Moggridge, acreditava que “uma dose vigorosa de dinheiro caro modificaria as expectativas dos homens de negócios de preços e lucros futuros e, portanto, lhes reduziria a procura corrente de poupanças para financiar inventários e investimentos”.<sup>63</sup> Isso não acarretaria em aumento do desemprego no momento porque a indústria britânica operava aquém da sua capacidade. Portanto, seria o caso de ocorrer, se tanto, uma crise financeira e não econômica.

Opôs-se ao retorno ao padrão-ouro e às políticas deflacionistas implantadas para a restauração do regime. Quando vislumbrou a irremediabilidade do retorno frente à intransigência dos governantes, aceitou a idéia com ressalvas, indicando um retorno a um patamar da libra esterlina um pouco desvalorizada como mecanismo de elevação da

---

<sup>62</sup> KEYNES, J. M. “A Tract on Monetary Reform” p. 12.

<sup>63</sup> MOGGRIDGE, D. E. op. cit. p.52.

competitividade das exportações britânicas. Porém, sua sugestão principal inicial era a introdução de uma moeda controlada que, conforme menciona Dillard, “deveria tender à estabilização do nível de preços internos, evitando assim os perigos de especulação de uma inflação excessiva, bem como as forças retardantes da deflação”.<sup>64</sup> Keynes analisou a inflação do pós-guerra que, apesar de recuar significativamente, não retrocedia aos patamares normais do Reino Unido pré-1914 e, comparando as possibilidades em vista, concluiu:

“Inflation is unjust and deflation is inexpedient. Of the two perhaps deflation is, if we rule out exaggerated inflations such as that of Germany, the worse, because it is worse in an impoverished country to provoke unemployment than to disappoint the *rentier*. It is easier to agree that both are evils to be shunned. The individualistic capitalism of today, precisely because it entrusts saving to the individual investor and production to individual employer, *presumes* a stable measuring-rod of value, and cannot be efficient – perhaps cannot survive – without one.”<sup>65</sup>

Keynes tentava equilibrar a preocupação com a estabilização monetária com os problemas que o setor real da economia apresentava na fase de depressão, a baixa utilização dos fatores de produção, em especial a força de trabalho. Assim, via o problema da estabilização por diversos lados, como várias escolhas que deveriam ser analisadas uma a uma como metas alternativas da política monetária no controle de preços, conforme ele elenca:

I. Devaluation *versus* deflation. Do we wish to fix the standard of value, whether or not it be gold, near the existing value? Or do we wish to restore it to the pre-war value?

II. Stability of prices *versus* stability of exchange. Is it more important that the value of a national currency should be stable in terms of purchasing power, or stable in terms of the currency of certain foreign countries?

III. The restoration of a gold standard. In the light of our answers to the first two questions, is a gold standard, however imperfect in theory, the best available method for attaining our ends in practice? ”<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> DILLARD, D. op. cit. p. 276.

<sup>65</sup> KEYNES, J. M. “A Treatise on Money” p. 44-5.

<sup>66</sup> KEYNES, J. M. “A Tract on Monetary Reform” p. 117.

O “Tratado sobre a Reforma Monetária” (1923) é uma obra onde são analisados os efeitos das mudanças nos níveis de preços sobre os diferentes grupos da sociedade e sobre o nível da atividade comercial. Nele são concebidas duas características no pensamento de Keynes que terão grande relevância na Revolução Keynesiana, por serem pontos de rompimento com a ortodoxia clássica. Em primeiro lugar, insere o foco de estudo dos fenômenos econômicos para os processos de curto-prazo, o que segundo ele os teóricos da linha clássica - como Marshall - tendiam a encobrir e para onde naquele instante se direcionavam as pressões de análise relativas à estabilidade monetária. Em segundo lugar, ele se convenceu que não era mais possível confiar nas políticas monetárias *automáticas* como instrumento de manutenção da estabilidade do valor da moeda. Aqui há um grande ponto de inflexão na linha do pensamento econômico. O caráter reformista de Keynes predicava uma administração ativa da política monetária por parte do Tesouro na determinação da quantidade de moeda e nas operações no mercado aberto para regular as taxas de juros.

Com o anúncio da restauração do padrão-ouro, Keynes publicou “As Conseqüências Econômicas do Sr. Churchill” (1925), no qual se refere à irredutibilidade do ministro de Fazenda ao manter a paridade cambial pré-1914, mesmo tendo sido alertado que essa medida traria prejuízos para a balança comercial, o que exigiria a manutenção das taxas de juros a níveis elevados para atrair capitais externos de curto-prazo e equilibrar o balanço de pagamentos e evitar o afluxo de ouro. Isso geraria uma pressão deflacionária sobre preços e custos até que a indústria britânica se adaptasse à nova realidade. Foram essas pressões que Keynes analisou – estudando o caso da indústria do carvão -, tradicional representante exportadora. A conclusão a que chegou era que os efeitos de uma taxa de câmbio que julgava cerca de 10% sobrevalorizada eram muito sacrificantes para aqueles que mais arcavam com os ônus da medida, referindo-se aos mineiros que enfrentavam grande pressão por reduções salariais. Os mesmos efeitos tendiam a ser sentidos em outros setores, o que engendraria um movimento crescente de insatisfação social que teve o auge com a deflagração da Greve Geral em 1926, considerada “a maior catástrofe isolada da crise do capitalismo britânico de entre guerras”<sup>67</sup>. A partir de então, o governo percebeu a força que

---

<sup>67</sup> DILLARD, D. op. cit. p. 278.

o movimento trabalhista tinha e pouco seguiu adiante na tentativa de propor novos cortes salariais, ainda que os níveis de preços não estivessem suficientemente ajustados. Ainda nessa obra, faz uma crítica frontal ao pensamento político-econômico que ainda conduzia a economia britânica – direcionando seu ataque ao Ministério da Fazenda e ao Banco da Inglaterra - e suas suposições nitidamente clássicas, para justificar a decisão tomada, de uma era em decadência:

“O padrão-ouro, com sua dependência do puro acaso, sua fé nos 'ajustamentos automáticos', e seu completo descaso do pormenor social, é um emblema e ídolo essencial dos que estão sentados na fila superior da máquina. Creio que estes são imensamente temerários em seu descaso, em seu vago otimismo e em sua crença confortável de que nada realmente sério acontece jamais. Nove vezes em dez, nada realmente sério acontece – a não ser um pouco de sofrimento para indivíduos ou para grupos. Mas corremos o risco da décima vez (e seremos estúpidos ainda por cima), se continuarmos a aplicar os princípios de uma economia elaborada com base na hipótese do *laissez-faire* e da livre competição, para uma sociedade que está abandonando rapidamente essas hipóteses.”<sup>68</sup>

“O fim do *laissez-faire*” (1926) é complementar a esse pensamento de contra-argumentação a alguns preceitos do sistema de mercado e liberalismo que caracterizam o *laissez-faire*. Aqui Keynes se posiciona frente a uma situação de incômodo social que está em agravamento. As suposições de convergência automática ao pleno emprego não se verificam, as políticas automáticas não surtem efeito e toda ação está pautada pela defesa de um sistema econômico cada dia mais voltado ao capital financeiro em detrimento da atividade produtiva, o que só faz por continuar a induzir a acumulação de capital e desigualdade de distribuição de renda, que são os fatores geradores de desigualdade social. Há a necessidade de se equilibrar os anseios de distintos grupos econômicos, e para tanto, é necessário abandonar algumas premissas que vinham sendo utilizadas forçosamente fora de seu contexto originário.

“*Não* é verdade que os indivíduos possuem uma 'liberdade natural' prescritiva em suas atividades econômicas. *Não* existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo *não* é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. *Não* é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. *Não* constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor

---

<sup>68</sup> KEYNES, J. M. “Ensaio de Persuasão” (CW, vol. IX). p.223-4/Moggridge, p.57-8.

do interesse público. Nem é verdade que o auto-interesse *seja* geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência *não* mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente”.<sup>69</sup>

Num momento em que o mundo passava por importantes transformações, o Reino Unido era o último a sofrer para sair da fase de depressão, justamente por insistir demasiadamente nas crenças e proposições que funcionaram bem até o século XIX, mas claramente se mostravam inadequadas no cenário pós-guerra. A forma pela qual Keynes vem advogar em favor de uma mudança no regimento econômico-social é pela definição da exata função que o governo deve ter na condução econômica. Nisto ele remete a Bentham, que ponderou sobre as ocasiões de intervenção estatal, porém transmitindo seu viés de pouca tolerância, por considerar a ação estatal “geralmente desnecessária” e “geralmente perniciosa”. Keynes refaz o caminho de Bentham sob um outro olhar, considerando importante naquele momento a precisa colocação do Estado nos lugares onde se fazia necessária uma atuação:

“Nesta hora, talvez a principal tarefa dos economistas seja novamente a de distinguir a *Agenda* do Governo da *Não-Agenda*; e a tarefa complementar da política talvez seja a de imaginar formas de governo dentro de uma democracia, que sejam capazes de realizar a *Agenda*”.<sup>70</sup>

Isso marcou uma mudança na tônica de seu pensamento. Com as implicações da longa recessão britânica, que se agravaram ainda mais com a crise de 1929, ele passou cada vez mais defender a intervenção estatal direta. Vários economistas, assim como Keynes, tinham a percepção de que o governo caminhava na direção exatamente oposta à que deveria. A política de reduções salariais, apesar de praticamente estagnada desde a Greve Geral, absolutamente não tinha causado os efeitos “naturais” esperados de conduzir a economia para o nível normal do pleno emprego. Mesmo o expoente neoclássico Pigou enxergou isso em seu “Theory of Unemployment” (1933), quando caracterizou o desemprego como fruto de uma política de salários que não conseguiu se ajustar às

---

<sup>69</sup> KEYNES, J. M. “O fim do *laissez-faire*”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). “Keynes” p. 120.

<sup>70</sup> Ibid p. 120-1.

mudanças na função real de procura de mão-de-obra. Keynes criticava a relutância que os homens de governo tinham em promover medidas que não vinham em acordo com os princípios do *laissez-faire*. Argumentava em favor da redução das taxas de juros, da adoção de medidas protecionistas e, principalmente, do aumento das despesas em investimentos públicos financiados por empréstimos, como formas de alavancar o emprego. O governo, por sua vez, insistiu na deflação de preços e custos, em elevadas cargas tributárias, na manutenção de um padrão-ouro que praticamente eliminou as reservas britânicas até 1931, demorou muito para reduzir as taxas de juros e não se curvou à proposta de aumento das despesas públicas, mas ao contrário, tentou reduzi-las face aos crescentes déficits registrados a partir da segunda metade da década de 1920 que comprometiam a “Treasury View”. Por esse conjunto de fatores, Keynes acusou os homens práticos de Londres, os executivos de empresas e os políticos de serem escravos dos economistas mortos de um século anterior, na medida em que suas decisões estavam sempre baseadas em teorias e supostos arcaicos, totalmente incompatíveis com o que a situação presente requeria. Quanto à inflexibilidade nas decisões de gasto público, Stewart explica que:

“... eram escravos do ponto de vista de que o pleno emprego era o estado normal dos negócios. Argumentavam eles [políticos] que, no conjunto da economia, só existiam umas poucas poupanças disponíveis para investimentos e que, quanto mais dessas poupanças fosse aplicado no investimento público, tanto menos sobriaria para os investimentos particulares. Por isso, o aumento de despesas com obras públicas não podia beneficiar a economia. Na verdade, provavelmente a prejudicaria, retardando o início de uma recuperação correta, de bases sólidas, pois desviaria recursos dos investimentos particulares produtivos, como fábricas que logo empregariam homens e produziriam mercadorias, levando-os para investimentos públicos improdutivos, como casas e estradas, que não dariam emprego nem produziram mercadorias.”<sup>71</sup>

O ponto de transição para um pensamento anti-clássico ocorreu com a publicação do “Tratado da Moeda” (1930). Nele, o cerne ainda é a estabilidade monetária com base na reformulação da teoria monetária para a explicação do ciclo econômico. Nisto, a tarefa da política monetária foi redefinida em termos dinâmicos da teoria monetária:

---

<sup>71</sup> STEWART, M. op. cit. p. 61-2.

“ The real task of such a Theory is to treat the problem dynamically, analyzing the different elements involved, in such a manner as to exhibit the causal process by which the price-level is determined and the method of transition from one position of equilibrium to another ”.<sup>72</sup>

O “Tratado” traz uma série de idéias fundamentais, inicialmente não plenamente fundamentadas, que reaparecerão na Teoria Geral. A função reserva de valor da moeda, a estabilidade do consumo e a volatilidade do investimento e, principalmente, a separação dos planos de poupança e investimento são concepções que surgem dessa fase de transição. Keynes sugeriu que os hábitos de poupança e investimento têm motivos diferentes e são realizados por classes diferentes; portanto, não existe a chamada “identidade” e não há mecanismo automático que os equilibre - como supunha a teoria clássica ser função da taxa de juros -, gerando um hiato entre eles. A falta de equilíbrio dessas variáveis traria conseqüências ou inflacionárias - caso de excesso de investimento -, ou deflacionárias - em caso de poupança excessiva. Na recessão britânica, era exatamente a insuficiência do gasto em investimento em relação à taxa de poupança que ocasionava tanto a queda do nível de preços quanto o desemprego, o que leva à conclusão de que o investimento é o elemento-chave desse complexo para garantir a plena utilização dos fatores de produção.

Contudo, Keynes acreditava na eficácia da taxa de juros para reduzir esse hiato entre poupança e investimento, ou seja, a política bancária poderia operar através da taxa de juros para encorajar o investimento. O problema estava justamente na restrição que o padrão-ouro impunha a esse ajuste não-automático, pois uma taxa de juros baixa o suficiente para estimular investimento ocasionava, ao mesmo tempo, um afluxo de ouro para o exterior. Assim, o único modo de operar a política bancária de juros baixos seria via ajustes no câmbio, o que o Tesouro não admitia; as conseqüências eram os elevados níveis de desemprego persistentes. Em suma, o “Tratado” representou “um aparato conceitual extremamente complicado para demonstrar como uma economia baseada no padrão-ouro poderia, em certas condições, cair numa armadilha de sub-emprego”.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> KEYNES, J. M. “A Treatise on Money” p. 133.

<sup>73</sup> SKIDELSKY, R. op. cit. p. 41.

### 2.3.3. *Rompimento com a teoria clássica*

Muitos dos elementos que caracterizam a ruptura com a tradição clássica já se fazem presentes em Keynes na virada de década. Crucial foi a conclusão a que chegou no “Tratado”, de que a poupança não significa um caminho automático para o investimento, nesse caso uma forma de gasto ou “consumo”. Essa constatação remonta à discussão clássica entre Ricardo e Malthus sobre a importância da acumulação e do consumo no ciclo econômico. A teoria clássica sempre fez defesa da poupança ou “abstinência” como meio para o progresso econômico. Keynes minimiza essa relevância, afirmando que o ciclo econômico pode se sustentar independente do grau de “abstinência” que se verifique:

“It has been usual to think of the accumulated wealth of the world as having been painfully built up out of that voluntary abstinence of individuals from the immediate enjoyment of consumption which we call thrift. But it should be obvious that mere abstinence is not enough by itself to build cities or drain fens.

...It is enterprise which builds and improves the world's possessions. Now, just as the fruits of thrift may go to provide either capital accumulation or enhanced value of money income for the consumer, so the outgoings of enterprise may be found either out of thrift or at the expense of consumption of the average consumer. Worse still, not only may thrift exist without enterprise, but as soon as thrift gets ahead of enterprise, it positively discourages the recovery of enterprise and sets up a vicious circle by its adverse effect on profits. If enterprise is afoot, wealth accumulates whatever may be happening to thrift; and if enterprise is asleep, wealth decays whatever thrift may be doing.

Thus, thrift may be the handmaid and nurse of enterprise. But equally she may not. And, perhaps, even usually she is not. For enterprise is connected with thrift not directly but at one remove; and the link which should join them is frequently missing. For the engine which drives enterprise is not thrift, but profit”.<sup>74</sup>

Malthus havia sido um dos primeiros a se opor à tese da acumulação como fonte originária da riqueza e proposto a maior relevância do consumo para o progresso econômico. E conforme observado, essa foi a mesma linha de raciocínio seguida por Keynes. Na controvérsia de Malthus com os clássicos, isto estava envolvido num debate acerca das possibilidades de ocorrência de superprodução generalizada com recursos dados;

---

<sup>74</sup> KEYNES, J. M. *A Treatise on Money*, vol. 2 p. 132.

já com Keynes, se inseria num contexto de baixa atividade econômica e dificuldades em sair da depressão em uma ambiente com recursos ociosos.

Keynes criticava a mesma forma de pensamento tradicional aplicada em contextos diferentes. Sua objeção era à defesa que os condutores ortodoxos da política econômica faziam da manutenção do orçamento equilibrado e do incentivo à frugalidade pessoal como formas de recuperação econômica; a teoria tradicional previa que as maiores poupanças disponíveis fariam baixar a taxa de juros ao nível suficiente para gerar um volume de investimentos compatível com o pleno emprego, o que não se verificava há muito tempo.

A contra-argumentação vem na forma de outra interpretação para o que os clássicos chamavam poupança. Keynes enxergava essa “poupança” como na verdade um entesouramento, derrubando a hipótese clássica de que a moeda seria apenas meio de troca e propondo sua função como reserva de valor; e isso tinha efeito inverso sobre o ciclo econômico, reduzindo emprego ao invés de aumentar investimento. Essa seria a base de formulações a serem apresentadas na Teoria Geral: uma nova teoria dos juros, elaborada no âmbito do mercado monetário ao invés do real, que é assentada sobre os motivos que levam à preferência pela liquidez em cenários de incerteza futura; e uma análise dos efeitos do excesso de poupança, que leva à queda da demanda, à queda dos lucros e à queda do produto e emprego.

Essa semelhança entre Malthus e Keynes é apenas uma das que contribuiriam para o rompimento definitivo com a herança clássica. Alguns autores duvidam da real influência que o primeiro tenha exercido sobre as idéias de Keynes. Mas, a tomar as semelhanças de proposições e o tempo em que elas surgem nas obras de Keynes – entre 1931 e 1932 Keynes fez a releitura das cartas de Malthus a Ricardo para a publicação de seus “Essays in Biography” - há grande possibilidade que os escritos de Malthus tenham contribuído para o ataque de Keynes à Lei de Say, tendo o princípio da demanda efetiva como principal formulação teórica para tanto. Os principais pontos de convergência entre ambos são sumarizados por Kates:

“Firstly, both Malthus and Keynes argue that is the reliance by others on Say's Law that creates fundamental misunderstandings about the nature of economy. For Malthus, it was the belief in the law

of markets by Say, Ricardo and James Mill. For Keynes, it was just about all of his contemporaries who, more or less unwittingly, were still following in the footsteps of Ricardo in accepting Say's Law. Secondly, there is the issue of effective demand. Where Say's Law breaks down is in situations where the output is greater than the willingness to purchase all that the fully employed economy can produce which causes the economic system to falter. Thirdly, both Malthus and Keynes attribute the problem of demand failure to decisions to save. In Malthus, the cause of the problem is related to decisions to increase savings. Decisions to save lead to interruptions in the demand for consumer goods, which, in turn, cause less to be produced in succeeding periods. In Keynes, it is the failure of investment to soak up all the savings which have been generated. The deficiency of investment relative to saving causes the economy to contract".<sup>75</sup>

Assim seria desenvolvido o Princípio da Demanda Efetiva, o eixo da contraposição de Keynes à lei de Say na Teoria Geral. O "princípio" vem a retomar a análise de falhas no ciclo econômico causadas por insuficiência do lado da demanda. Keynes muda o lado da análise da oferta para a demanda, ao propor que a renda, o produto e o nível de emprego são determinados pelas decisões de gasto dos agentes econômicos, ou seja, estas são variáveis da função consumo. A sustentação clássica previa que a renda era dada e apenas podia-se modificar sua distribuição entre consumo e investimento, o que seria feito via taxa de juros.

---

<sup>75</sup> KATES, S. op. cit. p. 135.

## CAPÍTULO 3

### Teoria Geral como solução ao problema econômico

A publicação da Teoria Geral em 1936 veio a compilar tudo o que havia sido absorvido e trabalhado por Keynes, sobretudo na última década. A obra representou um dos escritos de maior impacto e influência econômica, política e social do século XX, dado pelo qual é concebida com status de Revolução na história do pensamento econômico. Poucas vezes antes na evolução da Economia Política uma formulação teórica havia trazido tantos novos elementos e contraposições a uma ordem fortemente estabelecida. Além disso, nunca uma formulação havia penetrado tão rápida e profundamente o pensamento econômico, seja nas academias de ensino, seja nos governos que tiveram suas atuações reorientadas a partir de então. A Teoria Geral foi gerada a partir do anseio de Keynes em ver – ou mais que isso, promover – mudanças drásticas na forma do entendimento do sistema econômico, recorrentemente observado passivamente pelos economistas da linha clássica, o que tornava o ciclo econômico por um lado senhor, mas por outro refém, de si próprio. Ele clama por um programa de ação, um posicionamento das políticas econômicas à frente da mera contemplação do ciclo, fato este que dificultava a tomada de ações mais efetivas no combate às crises que atingem as principais variáveis econômicas realmente relevantes: o nível de atividade e o de emprego. Conforme bem observa Thirlwall:

“Keynes, in a very real sense, wrote his own place in the history of economics – he invented the popular or textbook account of the development of macroeconomics...his narrative will not stand the weight of historical scholarship. However, he did it with a purpose and that was to speed the changes of ideas – the paradigm switch in Kuhnian phraseology.”<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> THIRLWALL, A. P. “Keynes and Laissez-faire” p. 30.

Em suma, a Teoria Geral foi o resultado da constatação definitiva da inadequação da teoria clássica em explicar a questão do desemprego permanentemente elevado após a grande depressão de 1929-33 e as suas inconsistências teóricas que haviam predominado no pensamento econômico desde a concepção da lei de Say. Para se chegar ao resultado, novos elementos e algumas reformulações da herança clássica foram realizados quanto: ao horizonte de análise; à natureza do equilíbrio; ao processo dinâmico de ajuste de quantidades e preços; à eficiência do mecanismo de mercado; e às funções do governo.

### 3.1. Horizonte de análise

Em primeiro lugar, as atenções foram voltadas para as implicações de curto prazo das oscilações do ciclo econômico. Essa orientação vem desde o momento em que escrevia sobre as implicações do aumento da base monetária para o nível futuro de preços no “Tratado sobre a Reforma Monetária” em 1923; admitia ali a validade da teoria quantitativa da moeda no longo prazo, porém ressaltando:

“The long run is a misleading guide to current affairs. In the long run we are all dead. Economists set themselves too easy, too useless a task if, in tempestuous seasons they can only tell us that when the storm is past the ocean is flat again”.<sup>77</sup>

Para Keynes, esse era o real horizonte da análise para a qual os economistas deveriam atentar, visto que o longo prazo era para ele, nada mais que uma seqüência de curtos prazos. A recessão trazia muitos prejuízos sociais imediatos, sob forma de desemprego e perda da renda, além de que o ajuste automático em direção ao equilíbrio de longo prazo da teoria clássica era por demais inconfiável. Dessa forma, Keynes rejeita as possibilidades de estabilização no longo prazo da mesma forma e pelos mesmos motivos que o levaram a se contrapor aos princípios do laissez-faire, ou seja, a ausência de fatos históricos relevantes que validassem os seus respectivos princípios teóricos. De forma similar, construiu sua crítica para com a preponderância que a natureza microeconômica

---

<sup>77</sup> KEYNES, J. M. “A Tract on Monetary Reform” p. 65.

havia ganho desde por volta de 1870; o momento tornava “irrelevantes” certos aspectos microeconômicos exaustivamente estudados enquanto a recessão abalava a macroeconomia.

### **3.2. Natureza do equilíbrio: a possibilidade de equilíbrio em subemprego**

O que foi dito acima está diretamente atrelado à objeção à idéia clássica da natureza do equilíbrio em pleno emprego. O objetivo primário da Teoria Geral é formular uma abordagem econômica válida em qualquer cenário, o que está explícito no primeiro capítulo: “os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial [pleno emprego] e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio”<sup>78</sup>. Com isso, Keynes provava que o fato de os níveis de produto e emprego permanecerem abaixo do esperado - para uma economia de mercado, adepta das proposições de políticas econômicas liberais - no Reino Unido desde o pós-guerra, era na verdade um ponto de equilíbrio sem viés de deslocamento. Não se tratava mais, pois, de uma depressão cíclica como supunham seus contemporâneos ortodoxos, mas sim de um estado permanente de incapacidade de reerguer a economia. A questão que se coloca diante de uma situação de depressão permanente deixa de ser primordialmente a estabilização monetária, a relação entre preços relativos, as teorias de concorrência ou qualquer outra relacionada à abordagem microeconômica, e volta-se para a promoção da recuperação sustentada da atividade econômica agregada.

Nisso, o princípio da Teoria Geral e a sua questão fundamental é a objeção à teoria clássica embasada na Lei de Say. O objeto de seu questionamento é analisar o que determina o volume da produção e o nível de emprego em uma economia monetária, caráter relegado pela ortodoxia econômica até então. A resposta para esse questionamento está centrada em duas vertentes que se tornam as proposições fundamentais em que se assenta a Revolução: o *quantum* de gasto agregado – sendo o principal componente o

---

<sup>78</sup> KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” p. 23.

investimento - e o princípio da demanda efetiva. Neste momento Keynes recoloca a discussão poupança/investimento *versus* consumo, adicionando os fatores de influência na destinação da renda total e conseqüentemente na determinação do nível da atividade econômica: a propensão a consumir; o estado de preferência pela liquidez; a eficiência marginal do capital; e o estado de expectativas sob incertezas futuras acerca do retorno de ativos, que influi nas decisões sobre novos investimentos.

Tratando do ciclo econômico em seu sentido estrito, o sistema econômico é formado por fases consecutivas de expansão e de depressão, onde num primeiro momento existem forças que o impelem em movimento ascendente, ate que essas forças perdem potência e efeito e são substituídas por forças em sentido contrário, provocando a crise; esse movimento não apenas seria constantemente repetitivo, como também de certa forma regular em seqüência e duração<sup>79</sup>. Nesse contexto, a taxa de juros tem poder para tanto reverter quanto aprofundar o movimento em execução, pois ela estabelece a relação direta com a eficiência marginal do capital. A teoria clássica sempre se pautou por assumir que a taxa de juros era uma variável estabelecida no mercado de bens, pelo equilíbrio da oferta de poupança e demanda por fundos de investimento; agora, percebia-se que é na verdade definida no mercado monetário, pelas diversas formas de demanda por moeda, instáveis ao longo do ciclo econômico.

Tendo isto em mente, o problema econômico com que o mundo se defrontava na década de 1930 era justamente o de um colapso na eficiência marginal do capital, o que tinha por efeito um aumento da preferência pela liquidez e o aumento da taxa de juros. Disso decorre que havia desinvestimentos em capital circulante, devido ao pessimismo quanto à recuperação futura da eficiência marginal do capital, o que requereria certo intervalo de tempo.

“Na fase descendente... enquanto há por certo tempo excedentes de capital fixo e de estoques de matérias-primas e há uma redução do capital circulante, a curva da eficiência marginal do

---

<sup>79</sup> KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” p. 243-4.

capital pode baixar tanto que dificilmente é possível corrigi-la de modo que assegure um fluxo satisfatório de novos investimentos por meio de qualquer redução exequível na taxa de juros”<sup>80</sup>.

Quando novos investimentos não podem ser garantidos devido ao pessimismo quanto aos retornos futuros dos ativos, a alternativa viável que se apresenta é a de ensejar uma elevação na propensão a consumir da sociedade - por distribuição de renda, por exemplo-, de modo que se assegure um dado nível de emprego em condições de estagnação do investimento. Essa é uma concepção condizente com a das correntes que apresentam o subconsumo como uma das causas para o baixo nível de emprego. Sobre isso Keynes conclui:

“Nas condições atuais – ou, pelo menos, nas que prevaleceram até há pouco – em que o fluxo de investimento não é planejado nem dirigido, antes se acha abandonado aos caprichos de uma eficiência marginal do capital, que depende das opiniões pessoais de indivíduos não conhecedores ou de especuladores, e à influência de uma taxa de juros a longo prazo que raras vezes, ou nunca, baixa além de um nível convencional, essas correntes de pensamento, como guias de política prática, estão indubitavelmente certas. Em tais condições, pois, não há outro meio capaz de levar o volume médio de emprego a um nível mais favorável. Se é materialmente impraticável aumentar o investimento, torna-se evidente não haver outros meios de alcançar um nível maior de emprego além do de aumentar o consumo”<sup>81</sup>.

### **3.3. O ajuste econômico e a eficiência do mecanismo de mercado**

Retomando a série de recursos que ampararam a contraposição ao classicismo, Keynes entende que o ajuste necessário para se retomar a atividade econômica não surte efeito via flexibilidade nos preços nominais. Ao contrário, argumenta que o processo de ajuste ocorre via alterações nas quantidades. A seqüência lógica na Teoria Geral era que, uma redução nos salários como mecanismo de ajuste econômico só teria efeito pró-cíclico no agravamento da crise, pois o corte nos salários nominais reduziria - em curto prazo - a demanda por bens de consumo e isso, por sua vez, desestimula o investimento privado. Se

---

<sup>80</sup> KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” p. 247.

<sup>81</sup> KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” p. 251.

ocorrer o caso – como na depressão britânica - em que o gasto com a produção corrente seja menor que a renda corrente - ou seja, se o resultado das vendas da produção corrente for menor que os custos da produção -, a renda deverá cair até nivelar-se com o volume do gasto, através de uma redução do produto e do emprego.<sup>82</sup> Com isso, o fraco argumento neoclássico – baseado no modelo de Marshall - de enquadramento da Lei de Say num contexto de recessão econômica, assentado na perfeita flexibilidade de preços e na automação do ajuste pelo livre mercado, torna-se errôneo. O modelo marshalliano previa que uma alteração na demanda seria correspondida por uma variação inicialmente nos preços, no curto prazo. Fica demonstrado que o nível de emprego é flutuante, determinado *ex-post*, como função da demanda efetiva, e não pré-determinado como em plena ocupação (ou com essa tendência) e sendo resultado da negociação entre trabalhadores e empresários. Nisso, Keynes faz uma observação sobre os postulados da economia clássica do emprego que somente se tornariam plausíveis pela aceitação da existência de apenas duas formas de desemprego – o voluntário e o friccional -, não admitindo o que foi especificado como desemprego involuntário.

Na teoria clássica, o mecanismo de ajuste pelo mercado está baseado em duas suposições sobre a função dos preços, reportando aqui principalmente aos salários nominais. Primeiro, que os preços resumem toda a informação necessária para a coordenação do ciclo econômico; e segundo, que os preços fornecem os incentivos na medida suficiente para gerar os ajustes necessários nas quantidades. Essas suposições garantiriam o automatismo para o pleno emprego, quando tomadas como verdadeiras em conjunto com outros dois postulados da teoria clássica apresentados por Keynes no capítulo 2: que o salário é igual ao produto marginal do trabalho – o que determina a curva de demanda por trabalho; e que a utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego – o que gera a função de oferta de trabalho. Keynes desmonta esse argumento concentrando-se no ataque à suposição clássica do segundo postulado:

“Em resumo, levantam-se duas objeções contra o segundo postulado da teoria clássica. O primeiro refere-se ao comportamento efetivo do trabalhador. Uma redução dos salários reais, devida a

---

<sup>82</sup> SKIDELSKY, R. op. cit. p. 91.

uma alta de preços não acompanhada da elevação dos salários nominais, não determina, por via de regra, uma diminuição da oferta de mão-de-obra disponível à base do salário corrente, abaixo do volume de emprego anterior à alta dos preços. Supor o contrário seria admitir que as pessoas no momento desempregadas, embora desejosas de trabalhar ao salário corrente, deixariam de oferecer os seus serviços no caso de uma pequena elevação custo de vida. Mesmo assim, é nesta curiosa suposição que parece basear-se a obra *Theory of Unemployment* do Professor Pigou e é ela que, tacitamente, admitem todos os partidários da escola ortodoxa.

Contudo a outra objeção, de fundamental importância...decorre de nossa contestação da hipótese de que o nível geral dos salários reais seja diretamente determinado pelo caráter das negociações sobre salários. Ao supor que a negociação sobre salários determina o salário real, a escola clássica descambou para uma hipótese arbitrária, pois os trabalhadores, em conjunto, *não* dispõem de nenhum meio de fazer coincidir o equivalente do nível geral de salários nominais expressos em bens de consumo com a desutilidade marginal do volume de emprego existente. Provavelmente, não existe nenhum expediente por meio do qual a mão-de-obra, em conjunto, possa reduzir os seus salários *reais* a uma cifra determinada, revisando as cláusulas monetárias dos acordos celebrados com os empregadores. Esta será nossa argumentação. Esforçar-nos-emos para demonstrar que o papel principal na determinação do nível geral de salários reais é desempenhado por diversos outros fatores...Sustentaremos ter havido, nessa matéria um mal-entendido fundamental no tocante às regras que determinam o real funcionamento da economia em que vivemos.”<sup>83</sup>

### 3.4. Funções do governo

Finalmente, a última proposição inovativa em relação ao que o curso da história do pensamento econômico vinha promovendo é o papel a ser desempenhado pelos governos na condução do ciclo econômico.

A Revolução Keynesiana trouxe uma nova proposta de abordagem dos problemas econômicos. A condução da política econômica passa a ser orientada por um viés diferente da busca do pleno emprego que ocorreria no auge das fases de expansão, pois como visto, dela segue-se uma fase de depressão. Conforme o problema maior esteja identificado nos novos investimentos - que não são levados adiante a partir de uma reversão da euforia -, a Teoria Geral requer que o Estado desempenhe a função de estabilizador do ciclo. Propõe

---

<sup>83</sup> KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” p. 30.

assim, uma política econômica de caráter heterodoxo, em direção oposta ao que previa a teoria tradicional sobre as funções do governo em face de distúrbios no ciclo:

“Assim, o remédio para o auge da expansão não é a alta, mas a baixa taxa de juros! Pois aquela pode fazer perdurar o chamado auge da expansão. O verdadeiro remédio para o ciclo econômico não consiste em evitar o auge das expansões e em manter assim uma semidepressão permanente, mas em abolir as depressões e manter deste modo permanentemente em um *quasi-boom!*”<sup>84</sup>

Mesmo assim, há situações previstas em que uma política bancária de manutenção das taxas de juros significativamente reduzidas não surte efeito para o estímulo a novos empreendimentos. Isso ocorre quando a eficiência marginal do capital é tão baixa que os ganhos esperados pelo investimento tornam-se negativos. Nesse contexto, a economia enfrenta o problema do excesso de poupança sobre investimentos, e a taxa de juros como mecanismo de equilíbrio das variáveis – um dos principais preceitos clássicos – torna-se incompetente para tanto. O nível de demanda efetiva torna-se baixo e a iniciativa privada não assume os riscos inerentes a um investimento a menos que tenha perspectivas razoáveis sobre o retorno dele.

“Portanto, em condições de *laissez-faire*, talvez seja impossível evitar grandes flutuações no emprego sem uma profunda mudança na psicologia de mercado de investimentos, mudança essa que não há razão para esperar que ocorra. Em conclusão, acho que não se pode, com segurança, abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente de investimento.”<sup>85</sup>

Os ideais do *laissez-faire* requerem que o Estado deixe a determinação da atividade produtiva ao bel prazer do interesse individual, da livre iniciativa, que eles façam suas escolhas do que ofertar, quanto, onde e a que preço. Ocorre, porém, que tais princípios não têm aplicação numa economia sem o viés da prosperidade. A Teoria Geral, mais do que pela revolução teórica, é um marco pelo conceito de proposição de um programa de ação política, onde o governo deve assumir funções bem específicas e guiá-las durante fases de desestabilização da ordem econômica.

---

<sup>84</sup> KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” p. 249.

<sup>85</sup> KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” p. 247-8.

O Estado ganha então uma nova função, a de intervir diretamente nesse meio não ocupado pelo empresário capitalista, pela promoção dos investimentos que se façam necessários e em setores em que se façam necessários, a fim de restaurar o nível da demanda efetiva até o ciclo se reverter em direção ao crescimento novamente. As duas formas de atuação do Estado são resumidas na seguinte passagem:

“O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado, parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de todas as espécies que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um Socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete.”<sup>86</sup>

A Teoria Geral não entende que o Estado tenha papel interventor no sentido deturpador, prejudicando a eficiência na alocação dos recursos, ou ocupando um espaço que não lhe é devido. Mas sim, entende que o Estado está, dessa forma, contribuindo para garantir que adiante o ciclo normal possa ser restabelecido pela iniciativa individual, com o sistema operando através das forças de mercado. A função do Estado é orientada pela atuação emergencial, como um artifício para a preservação do liberalismo político e econômico, características marcadamente explícitas nos escritos de Keynes. A Teoria Geral não prevê que o Estado se torne concorrente da iniciativa privada ou tão pouco eleve sua participação na economia pelo aumento dos gastos correntes financiados por aumento da carga tributária. Ela prevê, sim, uma atuação no estímulo à demanda, pela elevação dos gastos públicos produtivos – cujos impactos na economia são alavancados pelo efeito multiplicador -, ou pela redução dos tributos para aumento da renda para consumo da sociedade.

---

<sup>86</sup> KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” p. 287-8.

“Por isso, enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrário, como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual.

Se a demanda efetiva se mostra deficiente, não só o desperdício de recursos causa no público um escândalo intolerável, como também o empreendedor individual que tenta pô-los em ação joga um jogo com cartas marcadas contra si.”<sup>87</sup>

Essas são as básicas características em torno das quais se construiu a Teoria Geral, obra que marcou uma nova etapa do pensamento econômico pelo anseio de ruptura incondicional com certos elementos e tradições desse pensamento econômico que foram inabaláveis por quase dois séculos, ou mais. Não obstante, ele não ataca o escopo da teoria clássica em si, ou seja, até admite seus postulados com algumas ressalvas, mas suas implicações rígidas sobre os determinantes da evolução econômica:

“Nossa crítica à teoria econômica clássica geralmente aceita consistiu menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, com a conseqüência de que ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real”.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” p. 289.

<sup>88</sup> KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” p. 288.

## CONCLUSÃO

Conforme foi procurado demonstrar, a Revolução Keynesiana, desenvolvida ao longo de mais de uma década e complementada com a publicação da Teoria Geral em 1936, foi o resultado de uma série de mudanças no ambiente político, econômico e social pelo qual passaram a Europa e o mundo no momento de transição do século XIX para o XX, o que torna incompatíveis os fatos históricos e empíricos contemporâneos com a explicação que a teoria clássica oferecia para os problemas permanentes de baixa ocupação da cadeia produtiva e altos níveis de desemprego no pós-guerra, ou seja, uma semi-depressão.

Vital para o êxito da formulação foi a astuta percepção de Keynes sobre o fim dos princípios do laissez-faire, fato que poucos atentavam e muitos relutavam em assumir. Todo o arcabouço teórico econômico foi construído em bases sólidas assentadas na “Lei de Say”, a qual foi referendada pelos ideais de individualismo e livre iniciativa do laissez-faire, que se desenvolviam na filosofia política dos séculos XVIII e XIX.

O objetivo desta monografia foi percorrer esse caminho de cerca de mais de dois séculos da história do pensamento econômico, desde o surgimento da primeira intuição do que se tornaria a lei dos mercados, até a Revolução Keynesiana que rompeu com essa ortodoxia do pensamento. Com isso, o trabalho procura apontar os acontecimentos mais relevantes no tocante ao desenvolvimento da teoria clássica e sua posterior contestação, fornecendo um pouco mais de detalhes do que aqueles que são permitidos num curso dessa disciplina.

Contudo, trata-se de um tema demasiado amplo e rico em publicações, construções e debates teóricos, o que talvez torne esse trabalho por demais pretensioso para com o tema que trata. Mesmo assim, serve como uma amostra e como material e método resumidos de

estudo de um dos períodos mais interessantes da história do pensamento econômico, envolvendo elementos de outras áreas da Economia, como Economia Política, Economia Internacional, Microeconomia e Macroeconomia.

## REFERÊNCIA

- AMADEO, E. J. “Keynes's Principle of Effective Demand”. Aldershot: E. Elgar, 1989.
- DEANE, Phyllis. The State and the Economic System - an introduction to the history of political economy. New York: Oxford University Press, 1989.
- DILLARD, Dudley. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes - Teoria de uma economia monetária. 7ª Edição. São Paulo: Pioneira, 1993.
- ELGAR, Edward. “Keynes and public policy after fifty years – Economics and Policy”. Edward Elgar Publishing Limited, England, 1988.
- HARROD, R. F. “La vida de J. M. Keynes”. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.
- KAHN, Richard. The making of Keynes's General Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- KATES, Stevens. Say's Law and the Keynesian revolution: how macroeconomic theory lost its way. Cheltenham-UK: Edward Elgar Publishing Limited, 1998.
- KEYNES, J. M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”(1936). São Paulo: Ed. Atlas, 1992.
- KEYNES, John Maynard. “O fim do laissez-faire” (1926). In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) Keynes. São Paulo: Ática, 1983.
- KEYNES, John Maynard. “Laissez-faire and communism”. Nova York: The New Republic, Inc., 1926.
- KEYNES, John Maynard. The Collected Writings of John Maynard Keynes: Vol. II -“The Economic Consequences of Peace”(1919). London: Macmillan, Cambridge University Press, 1971.
- KEYNES, John Maynard. The Collected Writings of John Maynard Keynes: Vol. IV – “A Tract on Monetary Reform”(1923). London: Macmillan, Cambridge University Press, 1971.

- KEYNES, John Maynard. The Collected Writings of John Maynard Keynes: Vol. V & VI – “A Treatise on Money”(1930). London: Macmillan, Cambridge University Press, 1971.
- LEKACHMAN, Robert. História das idéias econômicas. Rio de Janeiro: Block Editores S.A., 1973.
- MALTHUS, T. R. Princípios de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção “Os Economistas”.
- MEEK, Ronald L. Economia & Ideologia – O desenvolvimento do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1971.
- MOGGRIDGE, D. E. As idéias de Keynes. Traduzido de “Keynes”. São Paulo: Editora Cultrix, 1981. Coleção “Mestres da Modernidade”.
- MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. São Paulo: T. A. Queiroz Ed., 1979.
- MILL, James. Commerce Defended: An answer to the Arguments by which Mr. Spence, Mr. Cobbett and Others, have attempted to prove that Commerce is not a source of National Wealth. London: C. and Baldwin, 1808.
- RICARDO, David. Princípios de Economia política e Tributação. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção “Os Economistas”.
- RICARDO, David. Notas aos Princípios de Economia Política de Malthus. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção “Os Economistas”.
- SAY, Jean-Baptiste. Tratado de Economia Política. Traduzido de *Traité d’Économie Politique*, Paris, Calmann-Lévy, 1972. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção “Os Economistas”.
- SCREPANTI, E. & ZAMAGNI, S. Panorama de Historia de Pensamiento Económico. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1997.
- SKIDELSKY, Robert. “Keynes”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- SKOCPOL, T. and AMENTA, E. States and Social Policies. *Annual Reviews Sociol.* 1986. 12:131-157.
- SOWELL, Thomas. On Classical Economics. United States of America: Yale University Press, 2006.
- STEWART, Michael. A Moderna Economia – Antes e depois de Keynes. São Paulo: Editora Atlas, 1976.
- STUART MILL, John. “Princípios de Economia Política: com algumas de suas implicações à filosofia social”. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção “Os Economistas”.

SZMRECSÁNYI, Tamás. "Keynes". São Paulo: Ed. Ática, 1978.

THIRLWALL, A. P. "Keynes and Laissez-faire". The third Keynes Seminar held at the University of Kent at Canterbury 1976. Macmillan, 1976.